

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO SERVIÇO SOCIAL BACHARELADO

Váleri Beatriz Figueira Fister

**A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS  
REFLEXÕES**

Santa Maria, RS  
2023

Váleri Beatriz Figueira Fister

**A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS  
REFLEXÕES.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à  
Universidade de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Janczura

Santa Maria, RS  
2023

**Váleri Beatriz Figueira Fister**

**A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS  
REFLEXÕES**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à  
Universidade de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em 31 de Janeiro de 2023.

---

Rosane Janczura, Dra. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)

---

Cristina Kologeski Fraga, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS  
2023

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente e especialmente a Deus, minha força e sustento nos momentos mais difíceis, pelo Seu cuidado desde os mínimos detalhes durante toda a trajetória da minha vida e da graduação.

À minha mãe, Ana Lúcia, por ser um exemplo de mulher forte e guerreira. Agradeço pelo seu total apoio, incentivo e trabalho árduo a fim de garantir o sustento da nossa família. Sou grata por tudo que fez e faz por mim, sem você eu não teria me tornado a mulher que sou hoje, com os valores que possuo, pautados na honestidade, lealdade, coragem, humildade, entre tantos outros.

À minha irmã, Gabrielli, que veio para Santa Maria comigo. No começo não foi fácil, passamos por muitos momentos difíceis, mas nos fortalecemos. Agradeço pelo seu apoio, motivação, por estar ao meu lado nessa etapa. E ao meu irmão, Miguel, esta conquista é para nossa família!

Aos meus avôs, José Raul e Carlos (*in memoriam*), que sempre me incentivaram a estudar e acreditaram em mim. Em geral, a toda minha família, tios e tias que me apoiaram nessa jornada, sou grata por tudo.

Às amigas que conheci durante o curso, mulheres inspiradoras que levarei para vida, Alessandra Garrot, Emeli Ilha, Milena Moura, Thainar Peres e Thaline Rosa. Durante nossa trajetória acadêmica, compartilhamos as mesmas lutas, as mesmas alegrias e a cada conquista a nossa amizade se fortaleceu, muito obrigada por tudo!

À minha banca do TCC, composta pelas professoras Dra. Rosane Janczura e Dra. Cristina Kologeski Fraga, agradeço por todas as sugestões e possibilidades de ampliar horizontes, por dividirem comigo conhecimentos e experiências, com ética e profissionalismo.

Enfim, a todos que me incentivaram, apoiaram e acreditaram em mim durante o processo construtivo deste trabalho.

Váleri Beatriz Figueira Fister

## RESUMO

### A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

AUTORA: Váleri Beatriz Figueira Fister  
ORIENTADORA: Profa. Dra. Rosane Janczura

Este Trabalho de Conclusão de Curso objetivou refletir sobre a dimensão socioeducativa do serviço social e sobre a sua contribuição para a emancipação humana e para o acesso de direitos à população. É importante discutir essa temática no interior da categoria, a fim de ampliar as ferramentas de intervenção profissional, que visam à efetivação de direitos e à construção de processos emancipatórios da classe trabalhadora. Os objetivos específicos desta pesquisa são: identificar a dimensão socioeducativa do serviço social no Brasil e analisar a atuação dos profissionais na área frente às mudanças que já ocorreram na sociedade; refletir sobre a identidade profissional do assistente social e compreender como o trabalho socioeducativo contribui para a emancipação humana; além de apresentar uma proposta de estágio em consonância com o trabalho socioeducativo. Para tanto, o estudo se fundamentou em pesquisa bibliográfica, apoiando-se em autores como Abreu (2011), Iamamoto e Carvalho (2011), Iamamoto (2012), Martinelli (2011), Miotto (2010), Torres (2009), entre outros. Verificou-se que o trabalho socioeducativo, presente no fazer profissional dos assistentes sociais, está vinculado a uma ação de fortalecimento de processos emancipatórios e está direcionado aos usuários enquanto sujeitos de direitos. A partir disso, pode-se concluir não só que a dimensão socioeducativa, em consonância com o Projeto Ético-Político do serviço social, contribui para o desenvolvimento da emancipação humana, da autonomia e da cidadania da classe trabalhadora, como também que a falta de informação constitui uma barreira no acesso a esses serviços.

**Palavras-chave:** Dimensão Socioeducativa. Serviço Social. Emancipação Humana. Projeto Ético-Político.

## ABSTRACT

### THE SOCIAL-EDUCATIONAL DIMENSION OF SOCIAL SERVICE: SOME REFLECTIONS

AUTHOR: Váleri Beatriz Figueira Fister  
ADVISOR: Rosane Janczura

This Course Completion Paper aimed to reflect on the socio-educational dimension of social service and how it contributes to human emancipation and access to rights of the population. It is important to discuss this theme in order to expand the tools of professional intervention, which aim at the realization of rights and the construction of emancipator processes of the working class. The specific research objectives are: to identify the social-educational dimension of social service in Brazil and to analyze the professional performance in the face of changes that have occurred in society; to reflect on the professional identity of the social worker and to understand how social-educational work contributes to human emancipation; and to present the internship proposal in line with the social-educational work. For this purpose, the study was based on bibliographic research, supported by authors such as Abreu (2011), Yamamoto and Carvalho (2011), Yamamoto (2012), Martinelli (2011), Mito (2010), Torres (2009), among others. It was found that the socio-educational work is linked to an action of strengthening emancipator processes and is directed to users as subjects of rights. From this, we can conclude not only that the socio-educational dimension, in line with the Ethical-Political Project of social service, contributes to the development of human emancipation, autonomy and citizenship of the working class, as well as that the lack of information is a barrier to these access services.

**Keywords:** Socio-educational Dimension. Social Service. Human Emancipation. Ethical-Political Project.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CACC	Centro de Apoio à Criança com Câncer
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do trabalho
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESS	Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviços
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONE	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PIS	Programa de Integração Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SMDS	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNE	União Nacional de Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>UM BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL</b>	<b>11</b>
2.1	A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	11
2.2	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	21
<b>3</b>	<b>REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL</b>	<b>29</b>
3.1	IDENTIDADE E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL	29
3.2	O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	35
<b>4</b>	<b>PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ESTÁGIO</b>	<b>44</b>
4.1	CARTILHA INFORMATIVA: O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS	44
4.2	OS DIREITOS SOCIAIS	46
4.2.1	A REDE SOCIOASSISTENCIAL	51
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dimensão socioeducativa do serviço social se caracteriza como um conjunto de ações que, direta ou indiretamente, podem construir e/ou desconstruir concepções ideopolíticas, seja de indivíduos, seja de grupos ou famílias, podendo também interferir na reprodução de valores, de modos de vida e de práticas políticas e culturais dos sujeitos envolvidos no exercício profissional do assistente social.

A dimensão educativa na prática profissional possibilita ao assistente social trabalhar as características individuais dos sujeitos usuários dos serviços assistenciais, articulando-as com esferas coletivas. O trabalho socioeducativo pode ser entendido como um recurso a ser utilizado em diferentes áreas e políticas, conforme sua atuação com famílias e suas práticas interventivas que apresentam funções sociais e educativas, seja sob uma perspectiva mais crítica ou mais conservadora.

Em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão, que visa ao compromisso com a classe trabalhadora e à construção de uma nova ordem social, pressupõe-se que a dimensão socioeducativa do serviço social orienta-se e articula-se intrinsecamente com o conjunto de valores que sustentam sua dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tendo como direcionamento o Princípio I do Código de Ética – isto é, o reconhecimento da liberdade (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993) – e como norte de atuação a emancipação humana.

Nesse sentido, o assistente social tem como objeto de intervenção a questão social e está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho. No entanto, diante de sua condição de trabalhador assalariado, o profissional se depara com desafios cotidianos, estando sujeito ao processo de precarização das relações trabalhistas.

O interesse pelo objeto do presente estudo decorreu da leitura do artigo “Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias”, em que Mito (2010) discorre sobre o caráter educativo da profissão do assistente social. Com base nisso, observa-se que são diversos os desafios a serem enfrentados por essa categoria profissional, tais como a precarização do trabalho, a falta de qualificação e de capacitação continuadas e a dificuldade do acesso da população aos serviços sociais de qualidade.

O estudo do tema é importante para a discussão acerca da emancipação humana, considerada como a capacidade do homem de refletir e de perceber as contradições na sociedade, restituindo-se como sujeito mediante o exercício de pensar sua condição humana. A partir disso, constroem-se caminhos e possibilidades de acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos.

Diante disso, este trabalho de conclusão de curso tem como assunto a dimensão socioeducativa do serviço social. O objetivo geral desta pesquisa é o de refletir como o serviço social contribui para a emancipação humana e para o acesso de direitos. Os objetivos específicos são: (i) identificar a dimensão socioeducativa do serviço social no Brasil e analisar a atuação profissional frente às mudanças que já ocorreram na sociedade; (ii) refletir sobre a identidade profissional do assistente social e compreender como o trabalho socioeducativo contribui para a emancipação humana; (iii) apresentar uma proposta de estágio em consonância com o trabalho socioeducativo.

Para a realização deste estudo, recorreu-se a pesquisas de cunho bibliográfico, como livros e artigos científicos, com destaque para obras de renomados autores no ramo do serviço social, tais como: Abreu (2011), Iamamoto e Carvalho (2011), Iamamoto (2012), Martinelli (2011), Mito (2010), Torres (2009), entre outros.

Este trabalho se estrutura em cinco partes, os quais são divididos em subitens, à exceção desta introdução, que apresenta um panorama do estudo realizado. O primeiro capítulo aborda a profissão do serviço social no Brasil desde o seu surgimento, ocorrido na década de 1930. Aborda-se aqui a atuação profissional do assistente social frente a acontecimentos marcantes e a mudanças sociais e econômicas que ocorreram na sociedade brasileira.

O segundo capítulo reflete sobre a identidade atribuída ao assistente social e sobre o processo de autoanálise crítica da profissão, que visa a abandonar o tradicionalismo profissional, a aproximar-se da teoria marxista e a afirmar o seu compromisso com a classe trabalhadora. A partir dessa mudança, a dimensão socioeducativa ganha um novo direcionamento, centralizado não apenas nos usuários enquanto sujeitos de direitos, como em todo o processo interventivo do assistente social.

O terceiro capítulo trata de uma proposta de estágio supervisionado, realizado durante uma disciplina curricular obrigatória do curso de Serviço Social e

desenvolvido no Centro de Apoio à Criança com Câncer. Aqui, aproxima-se a discussão teórica à atuação do assistente social e aprofundam-se os conhecimentos sobre a dimensão socioeducativa na intervenção profissional.

Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais contribuições desta pesquisa e apontam-se as potencialidades da dimensão socioeducativa para o fortalecimento do Projeto Ético-Político do serviço social.

## 2 UM BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo apresenta reflexões acerca da dimensão educativa do serviço social, a partir do processo histórico de surgimento da profissão e das bases teóricas que orientam o seu exercício profissional. Desde sua origem, o serviço social tem em seu fazer profissional uma atuação educativa que, ao decorrer do tempo, foi se modificando, conforme o cenário político, social e econômico da sociedade. Com isso, busca-se compreender como essas mudanças incidiram na atuação profissional do assistente social e nas suas relações sociais.

Além disso, pode-se observar as mudanças da atuação profissional conforme a evolução dos Códigos de Ética e a construção de um Projeto Ético-Político voltado para os interesses da classe trabalhadora. Com isso, vê-se que a reformulação da identidade profissional do assistente social foi se consolidando em uma atuação que busca a garantia de direitos da classe subalterna.

### 2.1 A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

O serviço social inicia-se no Brasil com um processo de transformação política, social e econômica. Durante a República Velha (1889-1930), a economia brasileira era concentrada na produção do café e na agro exportação. Com o advento da industrialização e da urbanização, o Governo Provisório (1930-1934), comandado por Getúlio Vargas, passou a investir nas indústrias e na exploração da força de trabalho conforme o desenvolvimento capitalista.

Sob um viés marxista, pode-se afirmar que o modo de produção capitalista tem por objetivo o lucro. Com a exploração do trabalho, a burguesia detém os meios de produção e, conseqüentemente, a classe subalterna vende a sua força de trabalho. Logo, com a acumulação primitiva do capital, a desigualdade social entre as classes se torna mais visível. Diante disso, as expressões da questão social começam a aparecer e a se evidenciar cada vez mais: devido ao aumento da exploração da mão de obra, aumenta-se a riqueza social produzida e, ao mesmo tempo, a miséria da classe operária.

Nesse sentido, a jornada de trabalho nas fábricas, durante o Governo Provisório, estendia-se em torno de dez a catorze horas, em que os trabalhadores viam-se em condições insalubres, com baixos salários, sem direitos a férias, a

seguros contra acidentes ou a licenças remuneradas. Além disso, mulheres e crianças estavam submetidas às mesmas condições de trabalho, porém com renda inferior a dos homens. A sobrevivência do funcionário dependia da venda da força do seu trabalho e de toda sua família; mesmo assim, o dinheiro que recebia não era suficiente para seu sustento nem para manter condições básicas como alimentação, habitação e lazer (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Em virtude da exploração do trabalho, a classe subalterna brasileira deu os primeiros indícios de enfrentamento à classe dominante, através de manifestações populares e de greves que reivindicavam direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, regulamentações acerca do trabalho das mulheres, seguros contra acidentes, proibições do trabalho infantil, entre outros. Entretanto, para a burguesia esse movimento foi visto como uma ameaça à sociedade e ao capital, sendo necessários o controle social e as leis sociais para conter a população. Nesse sentido, houve também necessidade de profissionais especializados, para intervir frente às novas demandas sociais. Foi neste processo que o serviço social se institucionalizou no Governo Vargas, em 1930, com vistas a intervir nas relações sociais do trabalhador e de sua família, adequando-o conforme as demandas do Estado e da Igreja.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011), as reivindicações não eram benéficas principalmente para o empresariado, pois a regularização do trabalho aumentaria os custos e diminuiria a produção. Além do mais, o tempo livre do trabalhador poderia gerar comportamentos de enfrentamento à ordem social. Com base nisso, a estratégia do empresariado foi a de se estabelecer nas vilas operárias, através de creches, escolas e ambulatórios, como forma de manter o trabalhador disciplinado, pois, para a concessão de um dos benefícios, o funcionário deveria ter um bom comportamento, não podendo faltar ao emprego nem fazer greve. Fica evidente, portanto, que, por trás do amparo social, buscava-se o controle social da vida do trabalhador tanto no ambiente de trabalho quanto na vida privada:

O Estado, como centro de exercício do poder político, é a via privilegiada através da qual as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas históricas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 88).

Como mencionado pelos autores, o Estado começou a contratar os assistentes sociais como forma de controlar as forças repressivas, que aumentavam cada vez mais. Com isso, cedeu a alguns interesses da classe subalterna para acalmar a população, desde que não houvesse conflito com os interesses da classe dominante. Além do mais, o Estado impôs seus objetivos de classe perante a sociedade, de maneira que pareciam benéficos a toda a população, quando, na verdade, favoreciam apenas a burguesia. Sendo assim, pode-se deduzir a manipulação do Estado frente à nação e ao trabalhador, que acreditava conquistar seus direitos através de suas reivindicações.

Nesse contexto de mudanças na sociedade, a atuação do assistente social apareceu diretamente associada ao Estado, à Igreja e a instituições privadas nos processos de regulação social, a fim não só de auxiliar na restauração da ordem social e da moral, como também de minimizar o agravamento da questão social no país. Com o objetivo de disseminar o pensamento social e a formação doutrinária, foram fundadas instituições assistenciais no Rio de Janeiro e em São Paulo – obras caridosas, constituídas por mulheres de famílias burguesas e pela Igreja, que buscavam diminuir os efeitos do desenvolvimento capitalista na sociedade.

Dessa maneira, surgiu em 1932, em São Paulo, o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). Tratava-se de um incentivo sob uma hierarquia patriarcal e católica, com ações efetivas promovidas pela filantropia e patrocinadas pela Igreja, havendo ainda curso de formação para moças, com ações sociais de cunho moralista e de reajustamento que visavam ao bem-estar da sociedade. O objetivo central do CEAS era o de promover formação por meio da doutrina social com foco nas famílias operárias, através de visitas domiciliares e de reuniões educativas, propagando a naturalização do sistema capitalista, contra o qual a Igreja criticava os excessos, mas não os modos de produção. Ainda segundo Iamamoto e Carvalho (2011), atribuindo ao indivíduo responsabilidade sobre sua condição de vida, era fundamental para a intervenção do assistente social o ajustamento do sujeito às estruturas sociais.

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia

psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento(YAZBEK, 2009b, p.8).

O país enfrentava um período de turbulência, devido às manifestações por melhores condições de trabalho, em que a burguesia não suportava mais a pressão popular. Diante disso, a classe dominante somou forças com o Estado para controlar a classe operária e para manter a harmonia social. Assim, o Governo Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como forma de normalizar e de disciplinar as relações de trabalho. Além disso, alguns direitos foram adquiridos pelos trabalhadores, como a carteira de trabalho, o salário mínimo, a regulação da jornada de trabalho, a assistência médica e sanitária ao trabalhador (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934).

Outra intervenção do Governo mencionado foi a de racionalizar a assistência social, para centralizar a sua participação e regular as iniciativas particulares, dividindo as áreas de atuação e as instituições coordenadas pela Igreja, ao mesmo tempo em que adotava a formação técnica especializada. Com o incentivo do Estado, a profissão do assistente social passou a ser legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho.

De modo a não só reprimir a massa operária, a classe dominante aproximava-se dela para controlá-la de perto. Assim sendo, houve mudança na formação técnica especializada, com o intuito de intervir cada vez mais nas famílias. Com isso, foi introduzido, nas escolas de serviço social, um curso intensivo de formação familiar com vistas à formação moral e social do grupo familiar. Por meio de uma ação educativa, pretendeu-se ensinar o proletariado a alcançar o mínimo de condições básicas, com campanhas de higienização, formação doméstica e educação alimentar, pois, devido à subnutrição, a produção dos operários diminuía e, com isso, as instituições passaram a intervir nessa questão, a fim de aumentar a produtividade do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Cabe destacar que a primeira Semana de Ação Social, no Rio de Janeiro, ocorrida em 1936, foi considerada um marco para a instituição do Serviço Social na cidade. Desse encontro, constataram-se problemas de habitação popular, de legislação social e de recrutamento, além da necessidade de políticas em relação ao proletariado

Nesse sentido, sob a perspectiva de Iamamoto e Carvalho (2011), a Igreja solicitou assistência do Estado para a classe operária, mas, ao mesmo tempo,

requeriu subsídio do Estado e liberdade de ação para o desenvolvimento de sua ação social. O Governo reafirmou o princípio de cooperação em torno de uma sistematização de atividade social, em que sua intervenção foi complementada pela Igreja, atuando ambos solidariamente. Esse espírito manifestado para a organização do trabalho seria efetivo para comandar obras sociais de maior alcance, com solidariedade e unificação de esforços entre Igreja, classes sociais, indústrias e Estado para o reerguimento das classes trabalhadoras.

As duas principais realizações desta semana foram a Associação Lar Proletário, relacionada à construção de habitações populares que contaram com o apoio do sistema financeiro oficial, e o Instituto de Educação Familiar e Social, com o apoio institucional do Governo. Diante disso, a necessidade de formação técnica especializada foi o principal tema dos debates, sendo reconhecido que as atividades precediam a formação. As obras de caridade tiveram pouca eficiência social; por outro lado, cresceu a necessidade do meio social católico, com colaboradores eficazes, propagandistas e dirigentes especializados.

Nesse viés, a formação técnica especializada para assistência foi fundamental tanto para o movimento católico quanto para a necessidade social do Estado e do empresariado. A profissionalização do apostolado social previa a demanda de pessoal para obras particulares, instituições oficiais e patronais, reconhecendo que essas duas instâncias eram as únicas socialmente habilitadas para esse empreendimento. Outra iniciativa foi a formação de pessoas especializadas voltadas para a assistência pública, com centro de estudo e curso de formação técnica de assistentes sociais, visando a auxiliar os serviços sociais.

Em 1940, foi inserido o curso de preparação em trabalho social na Escola de Enfermagem Ana Nery. Esse curso, que daria origem à Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil, constituiu a primeira iniciativa direta do Governo Federal para a formação de assistentes sociais. No decorrer da década de 1940, surgiram diversas Escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados brasileiros, sendo que quatorze enviaram apresentação ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Nesse cenário político-econômico, em virtude do aumento de instituições assistenciais e da industrialização no país, havia muita demanda no mercado de trabalho para o serviço social. Devido ao crescimento urbano, o Estado criava estratégias de intervenção para controlar a população; assim, a assistência social

começou a ser pensada enquanto política, de forma a controlar a classe operária devido às suas expressões relativas à questão social, as exploração do trabalho e a desigualdades entre as classes.

Com isso, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada por Darcy Vargas (1895-1968), em 1942, tinha por objetivo o suporte às famílias dos brasileiros que foram para a Segunda Guerra Mundial. O assistencialismo, nesse período, é comumente chamado de primeiro-damismo. Tratava-se de uma organização formada por voluntárias, com primeiras-damas de todo o Brasil: o trabalho estava associado a obras caridosas e filantrópicas, com práticas moralizadoras. A assistência social era vista como um Estado de benevolência, não de direito.

Com o aumento do assistencialismo e com a ampliação do campo de trabalho no Brasil, observa-se que, desde a sua origem, o serviço social apresenta, em seu fazer profissional, uma dimensão educativa, que interfere nos comportamentos e nas representações das pessoas em relação ao Estado e à sociedade. Sob esse viés, ao decorrer do tempo, a dimensão educativa assumiu diferentes direções: inicialmente, a abordagem profissional fundamentou-se na pedagogia de ajuda; depois, na pedagogia de participação e, posteriormente, na construção da pedagogia emancipatória (ABREU, 2011).

Entretanto, nem sempre as ações dos assistentes sociais foram direcionadas à emancipação e à autonomia do indivíduo; pelo contrário, por muito tempo as ações dos assistentes sociais foram pautadas em medidas educativas com viés disciplinador, de higienização e de psicologização das relações sociais, em que o serviço social desempenhava funções pedagógicas as quais não questionavam a realidade (PROENÇA; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012).

Nesse sentido, a função pedagógica de ajuda possuía por base a culpabilização e a responsabilização do indivíduo por sua condição social. Além disso, acreditava-se que os problemas sociais, como desigualdade e miséria, eram causados pelos problemas morais dos indivíduos e não pela estrutura econômica em que estavam inseridos:

O desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial individualizada do Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social – reduzida às suas manifestações na esfera individual – constitui-se um *problema moral*. Esta noção justifica uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador e direcionada a *reforma moral e a reintegração social*. (ABREU, 2011, p. 85, grifos da autora).

Abreu (2011) destaca, ainda, que eram realizados diagnósticos sociais: isto é, a assistência social era baseada em uma visão psicologista individualizada, devido às demandas do *Welfare State* do Fordismo/Keynesiano, as quais prezavam pela eficiência dos assistentes na administração de “ajuda” e na forma pedagógica de manipular a classe trabalhadora e de gerar o conformismo mecanicista.

Além disso, a autora descreve que a seletividade participava da pedagogia de ajuda, pois ela qualificava e desqualificava os usuários dos serviços assistenciais, além de enquadrar os sujeitos a determinadas condições de vida e de condicioná-los a essa realidade, uma vez que um dos critérios para concessão de serviços assistenciais era o de ser pobre e de se manter na pobreza.

A exemplo disso, a Fundação Leão XIII, consolidada pelo Decreto Municipal nº 8.797, em 1947, surgiu para solucionar os problemas dos habitantes das favelas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a atuação profissional do assistente social concentrava-se em casos individuais e em lares educativos, buscando o reajustamento social e moral dos sujeitos nas favelas, através de uma educação popular e formal, visando à ressocialização da população marginalizada. Criou-se também a Associação Lar Proletário, com atividades semelhantes a de creches, em escolas primárias e em formação moral para o lar, realizadas em conjuntos residenciais, com a seleção e a distribuição de famílias pelas vilas. Ademais, em São Paulo, a atuação profissional concentrava-se no Departamento de Serviço Social e no serviço de abrigo e de triagem para menores de idade, com assistência judiciária e técnica a fim de reajustar esses indivíduos conforme a estrutura capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

No setor público, a presença dos assistentes sociais se dava por meio de uma atuação junto aos demais empregados, consoante serviços médicos e casos individuais, sempre procurando formar associações de classe com tendência religiosa e benevolente. Prefeituras e Previdência são exemplos de instituições da época. No setor privado (empresas), a atuação estava ligada à legislação do trabalho, como na concessão de benefícios (licença maternidade, seguro contra acidentes, aposentadoria), na seleção profissional e na vigilância da saúde dos operários, junto a mulheres e crianças com ações educacionais.

Com influências norte-americanas, a ação profissional do assistente social fundamentou-se, na década de 1950, em propostas de Desenvolvimento de

Comunidade (DC), através da busca da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (ONE) por profissionais especializados não só para exercer funções pedagógicas e intelectuais, mas também para estimular a participação popular, com vistas ao progresso e à modernização da sociedade, por meio da via do crescimento econômico.

Nessa perspectiva, enquanto o capital da classe dominante aumentava, aumentava também a miséria da população, apesar de “o desenvolvimentismo apresentar-se, pois, como promessa efetiva de melhoria das condições de vida e eliminação da pobreza” (ABREU, 2011, p.109). Dessa maneira, buscava-se atingir o modelo das sociedades desenvolvidas, mediante a aceleração da industrialização que, por sua vez, eliminaria o atraso, a pobreza e o subdesenvolvimento dos países.

Nesse cenário, o Brasil, ainda sob o comando de Getúlio Vargas, mas agora na fase do Estado Novo, era marcado pelo autoritarismo, pela censura e pelo retrocesso de alguns direitos trabalhistas. Apesar disso, o país avançou na industrialização e na infraestrutura: com o desenvolvimento do capitalismo, fez-se necessário o aumento da mão de obra e da qualificação para tal. Diante disso, as desigualdades e as explorações contra a classe operária só aumentavam. Os sindicatos começaram a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho e, devido à pressão popular, o Governo instituiu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), garantindo diversos direitos aos trabalhadores, com intuito de controlar as manifestações da classe operária.

O projeto desenvolvimentista de Vargas aspirava desenvolver abordagens de integração e de promoção social, sob a justificativa de que a população não fosse influenciada por ideais comunistas, os quais, após a Segunda Guerra Mundial, avançavam fortemente. Diante disso, o trabalho técnico desempenhado pelo assistente social tinha o objetivo de adequar o trabalhador à produção e à reprodução capitalistas, por meio de práticas educativas de cunho moralizante, com intuito de manter a ordem social e de transmitir a ideologia dominante:

Essas abordagens eram orientadas para a reforma moral e de reintegração social, vinculada essencialmente para a incorporação ao mercado de trabalho – modelo fordista e taylorista na época – com intenção de adequação e reforma do trabalhador, suas famílias e comunidades. Sendo assim, o perfil pedagógico assumido pela profissão neste contexto é de educar, adequar e reformar o trabalhador à lógica produtivista do capitalismo, por meio de práticas educativas de cunho moralizantes. (PINELLI, 2017, p. 44).

Sob tal viés, originaram-se algumas instituições e legislações, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com o objetivo de adequar a força de trabalho à necessidade de qualificação e de novas tecnologias de produção. Além disso, objetivava-se reprimir as diversas formas de pressão social e ajustar a mão de obra conforme o desenvolvimento capitalista baseado no taylorismo.

Iamamoto e Carvalho (2011) destacam que, nesse período, abriu-se um amplo espaço no mercado de trabalho para o serviço social, devido ao surgimento de grandes indústrias e de instituições assistenciais. Como mencionado anteriormente, a profissão atuava através da psicologização, de forma a ajustar indivíduos “desajustados” que deveriam se enquadrar conforme o estágio do desenvolvimento capitalista. Participando de programas desenvolvimentistas com educação para adultos, em bairros e comunidades, o serviço social aliava-se, assim, à ideologia dominante.

Além disso, a procura por técnicos especializados contribuiu para ampliar ações de capacitações para os profissionais do serviço social, face às exigências dos programas de desenvolvimento de comunidade, que possuíam como propósito estimular a participação comunitária. No entanto, através da ideia de “participação” da população nas mudanças sociais, escondeu-se o cunho impositivo e conservador da atuação profissional. Com isso, algumas práticas profissionais foram redefinidas; todavia, permaneceu o caráter conservador e moralizador de práticas desvinculadas da realidade social (CAVALCANTE, 2010).

No governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), o Estado tinha por objetivo tornar o Brasil um país desenvolvido econômica e culturalmente. Com o avanço da industrialização, a questão social foi vista como um problema de subdesenvolvimento, principalmente em áreas onde predominavam atividades agrícolas, consideradas atrasadas. A partir disso, foram realizadas ações educativas para mudanças de valores e de costumes entre a população rural, a fim de não impedir o desenvolvimento da nação (ABREU, 2011).

Nessa direção, pela dimensão educativa, coube aos profissionais do serviço social atuarem nas propostas de desenvolvimento de comunidades e na propagação da ideologia dominante. Esses profissionais também se voltaram para a exploração

das relações sociais e para a participação da população na adesão aos programas e aos projetos governamentais, efetuados como forma de modernização e de desenvolvimento do país, frente aos interesses da classe dominante.

Durante a década de 1960, a profissão do serviço social seguia tendências tecnicistas e conservadoras em meio à ditadura militar no Brasil. Nesse cenário, sua atuação profissional ficou submetida à autoridade do estado ditatorial e à racionalidade burocrática. Os profissionais configuraram-se como agentes do Estado que investigavam, controlavam e fiscalizavam os trabalhadores, com intuito de descobrir seus interesses e suas organizações em movimentos sindicais (FREITAS; MONTEIRO, 2014).

Diante da repressão que a população sofria, o fortalecimento dos movimentos sociais foi de suma importância para engrenar o processo de renovação do serviço social, que ansiava por mudanças no interior da categoria. Os movimentos estudantis e os sindicatos, nesse período, conquistaram direitos: a Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social (ENESS) e a União Nacional de Estudantes (UNE) surgiram nesse processo de busca pela democracia. Em tal cenário, os movimentos sociais e a categoria profissional somaram forças em direção a mudanças no serviço social e na democracia da sociedade brasileira.

O movimento de reconceituação, ocorrido nas décadas de 1960 a 1970, foi o momento de renovação do serviço social brasileiro, quando se rompeu com os laços tradicionais da profissão, tanto no âmbito acadêmico quanto em relação à intervenção do trabalho profissional.

Esse período foi decisivo para a queda do serviço social tradicional, principalmente a partir das mudanças em suas bases teórico-metodológicas, possibilitando também uma ampliação do mercado de trabalho em diversas áreas ligadas ao Estado e aos trabalhadores, em virtude do aumento da concessão de benefícios sociais: “as manifestações da questão social eram tratadas pelo Estado autoritário e repressor sob o binômio repressão-assistência” (CAVALCANTE, 2010, p.144)

A partir do Congresso da Virada, em 1979, estabeleceu-se o compromisso da profissão com a classe trabalhadora: foram reconhecidos direitos e conquistas dessa classe e o próprio profissional do serviço social percebeu que fazia parte da classe trabalhadora. Com isso, o serviço social assumiu uma postura mais crítica e mais próxima da teoria marxista, rompendo com a neutralidade e com o conservadorismo

existentes na profissão, além de aproximar-se das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento, as quais lhe proporcionaram uma análise crítica da sociedade. Diante disso, surgiram novos conceitos, novas reflexões, nova organização política da profissão, novas mudanças na formação de graduação, novas produções acadêmicas vinculadas à realidade social e novas bases teórico-metodológicas para o trabalho profissional, com vistas à construção de um novo Projeto Ético-Político sob a perspectiva de transformação social (YAZBEK, 2009a).

Como reflexos dessa nova forma de atuação dos assistentes sociais, a prática educativa dos profissionais também se modifica, ou seja, ela passa a ser permeada por ideais de transformação social em defesa da classe trabalhadora, sendo uma estratégia educativa que busca a autonomia dos indivíduos (PROENÇA; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 8).

A partir do fortalecimento de novas bases teóricas para a profissão, construiu-se um novo direcionamento para a dimensão educativa do serviço social, a qual, de acordo com Lima e Miotto (2011), pode-se chamar de ações socioeducativas, com a intervenção profissional direcionada e centralizada aos usuários, a fim de garantir-lhes o acesso a direitos.

A década de 1980 foi um período de transformações no Brasil, em decorrência do fim da ditadura militar e do processo de transição para o sistema democrático, implicando grandes mobilizações populares e diversas manifestações da sociedade civil. Promulgou-se a Constituição Federal de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, que representa um marco na história da justiça social do país. Com a ampliação dos direitos de cidadania, diversos programas e serviços foram reconhecidos legalmente e implementados como direito.

Nessa linha de pós-movimento de reconceituação, o serviço social encaminhou-se para o compromisso com a garantia de direitos, pautados no Projeto Ético-Político e no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993). Mediante a construção de uma pedagogia emancipatória para a classe trabalhadora, o serviço social começou a envolver-se no desenvolvimento da cidadania, da emancipação humana, da autonomia e do protagonismo dos sujeitos em meio à sociedade capitalista.

## 2.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Durante a trajetória do serviço social no Brasil, a atuação profissional foi se modificando conforme as mudanças que ocorreram na sociedade. Em 1947, por exemplo, os valores e fundamentos de cada Código de Ética possuíam uma perspectiva conservadora e tradicional: as intervenções eram direcionadas por princípios cristãos de cunho moralizador e o compromisso ético com a neutralidade dos profissionais era incentivado. Além disso, a formação profissional era fundamentada no positivismo e no neotomismo, em defesa da família tradicional, da propriedade privada e da preservação do papel da mulher na sociedade (BARROCO, 2005).

Nesse sentido, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2011), observam-se essas ideias ao serem analisados os critérios para a formação do perfil profissional do assistente social no passado, em que as mulheres precisavam ter entre dezoito e quarenta anos, além de boa condição familiar, bom convívio em sociedade e ausência de defeitos físicos. A formação do assistente social, até então, fundamentava-se em quatro bases: científica, técnica, moral e doutrinária.

A formação moral seria o coroamento do trabalho de preparação do Assistente Social, pois, na falta de uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a ação seria falha, devido à ausência dos elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 236).

Dessa maneira, acreditava-se a moral como modo de enfrentamento da questão social, a fim de amenizar os conflitos e de manter a ordem social. Com isso, a prática profissional consistia em intervir na vida dos trabalhadores, através do enquadramento dos sujeitos nas relações sociais, de forma psicologizante, baseada no ajustamento e na culpabilização dos indivíduos.

Diogo (2013) descreve que o conservadorismo moral é uma forma de alienação moral, pois reproduz o preconceito e se opõe à liberdade. Nesse sentido, as lutas políticas eram vistas como desordem e deveriam ser combatidas a partir da defesa moral das bases tradicionais da família para, com isso, restaurar-se a ordem e o equilíbrio social. Com o aumento das expressões da questão social, o Estado buscou fragmentar as necessidades da classe subalterna, transformando seus direitos em benefícios:

[...] Estado burguês busca controlar as classes trabalhadoras e ao mesmo tempo, legitimar-se como representativo de toda sociedade, com uma moral

que funciona como instrumento ideológico favorecedor do consenso do projeto populista, corporativista e assistencial, responsabilizando os indivíduos por sua condição social, despolitizando suas lutas, restringindo suas escolhas, contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalterna e alienada (DIOGO, 2013, p.501).

Barroco e Terra (2012) apontam que, em um contexto de modernização conservadora, o segundo Código de Ética, datado de 1965, trouxe alguns traços de renovação profissional, sendo a primeira perspectiva do processo de renovação do serviço social no Brasil. Com o segundo Código, começou o serviço social a ganhar força durante a crise do tradicionalismo, pois foram introduzidos valores liberais, como os princípios do pluralismo, da democracia e do assistente social como profissional liberal. Entretanto, o terceiro Código, de 1975, expressou a reatualização do conservadorismo, ao serem retirados os valores liberais do Código de Ética de 1965:

Art. 5º - No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação (CFESS, 1965, p.2).

b. Respeitar a política administrativa da instituição empregadora (CFESS, 1975, p.5).

Ambos os Códigos de Ética, tanto o de 1965 quanto o de 1975, reproduziram a base filosófica humanista cristã, sob uma perspectiva despolitizante e acrítica às relações sociais que davam suporte à prática profissional, além de reproduzirem o tradicionalismo e de contribuírem para a manutenção da ordem vigente. Ademais, o período de ditadura militar fortaleceu o conservadorismo e seus valores, mantendo a estrutura capitalista com princípios individualistas, corrigindo desajustes sociais e negando as lutas de classe (BARROCO, 2005).

Barroco e Terra (2012) ressaltam, ainda, que nos Códigos de Ética de 1947 e de 1965 não havia nenhuma menção ao compromisso com a devolução das informações colhidas nos estudos com os usuários, o que apareceu somente em 1986 e 1993. No Código de 1975, foi vedado ao assistente social “divulgar informações ou estudos da instituição ou usufruir de planos e projetos de outros técnicos, salvo quando devidamente autorizado” (CFESS, 1975, p.7).

O Código de Ética de 1986, por sua vez, trouxe mudanças profissionais que estavam ocorrendo na sociedade e na categoria do serviço social. As conquistas

efetivas resultaram no compromisso e na vinculação profissional dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, visando à vontade coletiva, superando a visão acrítica e fortalecendo os movimentos sociais em sua defesa aos direitos da população. Assentou-se uma oposição ao neotomismo, com a presença do Conselho Federal e do Conselho Regional, e defenderam-se os valores universais, a autonomia profissional, a devolução de pesquisas e o retorno delas para a população (CFESS, 1986).

Nessa perspectiva, o Código de 1986 teve por objetivo a consolidação do projeto profissional, efetivado no Código de 1993, com vistas a garantir e a estabelecer o compromisso ético do serviço social com a classe trabalhadora, com valores políticos emancipadores e com a ruptura do conservadorismo ético-moral. Buscou-se superar a concepção ética tradicional, abstrata e a-histórica que permeava o âmbito do serviço social (DIOGO, 2013).

O Projeto Ético-Político é um projeto coletivo construído ao longo da história do serviço social no Brasil, vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Propõe a construção de uma nova ordem social, correspondente aos valores éticos e políticos que orientam a ação profissional em direção ao processo de enfrentamento com a classe operária. De acordo com Oliveira (2013, p. 66): “Quando falamos de projeto ético-político do serviço social, estamos tratando do projeto que apresenta essa marca de identidade com a classe trabalhadora, pautado em princípios democráticos e emancipatórios”.

Os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores, como o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, fruto de amadurecimento profissional e de luta política. Vinculado a um projeto de transformação da sociedade, o Projeto Ético-Político volta-se para a autonomia, a emancipação social dos indivíduos e o comprometimento com a classe trabalhadora. Conforme Netto (1999 apud TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 190):

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Nessa perspectiva, foi através do posicionamento político que o assistente social afirmou sua defesa pela liberdade, pela democracia e pelo combate a todas as formas de opressão. Além de defender a luta por uma sociedade justa e igualitária, o serviço social se constituiu como uma orientação crítica, cujo conjunto de valores norteiam a atuação do assistente social, por meio de sua direção ético-política:

Discutir sobre o trabalho socioeducativo em consonância com o projeto ético-político profissional tende a atender as demandas das classes subalternas, muitas vezes sem o questionamento de como a correlação de forças vem se apresentando na atual conjuntura. Por isso, o profissional deve estar atento a tais questionamentos para não atuar de forma fragmentada e individualizada, desconsiderando como esses interesses se manifestam em sua totalidade (PROENÇA; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Diante disso, a dimensão política do Projeto critica a estrutura social vigente, a exploração no trabalho e as desigualdades sociais, com vistas a uma nova ordem social. Sua dimensão social, portanto, está direcionada à emancipação e à plena expansão dos indivíduos. Com base nisso, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre os assistentes sociais e os usuários, um processo educativo que possibilita a estes últimos, a partir de suas individualidades, compreenderem a realidade social de forma crítica e consciente e, com isso, construir caminhos para acesso a direitos civis, políticos e sociais:

[...] Significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos como sujeitos quanto a sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns no campo da esfera pública. Tal compromisso amplia a luta pela efetivação do acesso aos Direitos e à Cidadania, mas tem como horizonte último a transformação social (LIMA; MIOTO, 2011, p. 214).

O Projeto Profissional tem sua materialização no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), o qual se contrapõe ao domínio do capital e a todas as formas de preconceito, articulando-se a uma nova ordem societária, sem exploração, dominação nem opressão social de classe. Direcionado a um processo de transformação social, o Projeto afirma o compromisso profissional com a forma de agir e de se relacionar dos sujeitos em sociedade (LIMA; MIOTO, 2011).

Os princípios norteadores do Código de Ética do assistente social dão sustentação política a esta profissão, pois expressam claramente valores

comprometidos com a democracia: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p. 23).

Nesse sentido, o trabalho socioeducativo objetiva desenvolver com os usuáries apreensão crítica da realidade, para que consigam entender a estrutura social na qual estão inseridos e para que possam identificar situações de vulnerabilidade, como pobreza e desemprego. Além disso, o trabalho socioeducativo visa conduzir esses usuáries a compreenderem que a não recolocação no mercado de trabalho não é sua culpa, mas sim de um sistema que oprime o cidadão e o condiciona a tal realidade. Diante disso, a ação profissional do assistente social desenvolver com o usuárie a emancipação humana e a autonomia para que o indivíduo se sinta pertencente e seguro ao circular e ao ocupar diferentes espaços na sociedade.

Segundo Lima e Carloto (2009), Paulo Freire compreende que a autonomia é um processo gradativo de amadurecimento que ocorre durante toda a vida e que possibilita ao indivíduo a capacidade de decidir, de arcar com as consequências dessa decisão e de assumir suas responsabilidades.

Além disso, para Barroco e Terra (2012), a autonomia, enquanto princípio, trata da capacidade de independência dos indivíduos de tomarem decisões referentes à sua vida e às suas relações sociais. Também trata da valorização, do respeito e da consideração sobre as opiniões e as escolhas dos sujeitos, mesmo quando contrárias às opiniões e aos direcionamentos do profissional.

Por seu turno, a emancipação, conforme Medeiros (2015), pode ser entendida como a capacidade do homem de perceber, a partir da reflexão, as contradições da sociedade e de se restituir como sujeito autônomo, mediante o exercício de pensar criticamente sua condição humana, orientado por uma prática profissional que possibilite um processo de transformação social. Nesse sentido, a emancipação humana visa a mudanças não apenas nas relações sociais e políticas, mas também nas relações econômicas e de trabalho – se trabalho for entendido como aquilo através do qual o homem constrói as condições de sua existência individual e social.

Segundo Faermann e Nascimento (2016), para Marx a emancipação política é considerada uma etapa da emancipação humana. Nesse sentido, a emancipação humana (vida livre, digna e feliz) só seria realizada com a ruptura da propriedade privada e com a constituição de uma sociedade comunista.

Assim, para a emancipação e a plena expansão dos indivíduos, é necessária uma sociedade sem a opressão do sistema capitalista, pois, para os sujeitos serem efetivamente livres, deve-se erradicar o capital. O projeto profissional do assistente social, mesmo fundado nas contradições da sociedade capitalista, aponta para uma perspectiva emancipatória, reconhecendo que homens e mulheres são autodeterminados e efetivamente livres (BARROCO; TERRA, 2012).

O princípio III do Código de Ética Profissional do Assistente Social afirma a importância da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p. 23). O serviço social, sob tal viés, relaciona-se à socialização da informação, pois, quando um usuário tem acesso à informação e a compreende, o mesmo se reconhece como sujeito de direitos e acessa os serviços que antes não conhecia. Com isso, o usuário exerce seu papel de cidadão e obtém seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, além de se tornar um sujeito crítico e independente na sociedade de classes.

Segundo Silva, Vieira e Lima (2016), as intervenções profissionais do assistente social devem ser direcionadas para a promoção de ações coletivas voltadas à cidadania e à construção democrática participativa. O assistente social contribui para a construção de um contexto social, já que suas respostas interventivas não ficam restritas somente a práticas emergentes e imediatas, mas sim a práticas de prevenção contra todos os tipos de violações e de vulnerabilidades, através da informação e da orientação.

De acordo com Oliveira (2007), o assistente social deve defender a democracia, entendida enquanto socialização da participação e da riqueza socialmente produzida. Essa socialização implica a defesa à cidadania, tanto dos que criam a riqueza e dela não se apropriam, quanto dos excluídos do mercado, preservando, assim, os direitos civis e sociais dos trabalhadores. Além disso, é importante que as conquistas já obtidas sejam defendidas, que os direitos sociais sejam reforçados e que novos espaços de participação social sejam instituídos, em direção a uma nova cidadania com bases sólidas e abrangentes.

Além do Código de Ética Profissional, a Lei 8.662/93 dispõe a regulamentação da profissão do serviço social, o seu exercício profissional, as suas competências e as suas atribuições privativas, além de afirmar o seu compromisso ético-político de defesa aos direitos humanos.

A categoria profissional do assistente social conta, ainda, com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), na qualidade de órgãos fiscalizadores e defensores do exercício profissional no Brasil, bem como com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que regula a formação profissional, e as Diretrizes Curriculares, de 1996, voltadas para o curso de Serviço Social. Segundo Oliveira (2013, p. 70): “a perspectiva crítica do projeto ético-político se expressa na capacitação de profissionais críticos, com competência para a análise da realidade social e construção de respostas comprometidas com valores de inspiração democrática”.

Percebe-se, portanto, que a dimensão educativa vincula-se ao serviço social desde a gênese de sua profissão. Neste capítulo, viu-se como, inicialmente, essa área do conhecimento vinculava-se ao controle e ao ajuste social da classe subalterna, visando à manutenção da ordem vigente e aos interesses do sistema capitalista, “como forma de neutralização da luta pela emancipação humana (econômica, política e social), missão das referidas classes” (ABREU, 2011, p.35). Nos programas de desenvolvimento de comunidade, a atuação profissional do assistente social possuía um cunho moralizador e conservador, com o objetivo de reformar e de adequar o indivíduo à lógica do modo capitalista de produção e de reprodução.

Posteriormente, após o movimento de reconceituação do serviço social, com o Projeto Ético-Político e com o Código de Ética, o trabalho educativo adquire um novo princípio, voltado e centralizado para a emancipação dos sujeitos e para a construção da consciência crítica. Nesse sentido, busca-se que o usuário compreenda a estrutura social na qual está inserido e que se reconheça como um sujeito de direitos. Desse momento em diante, o serviço social passa a buscar a emancipação da classe operária.

### 3 REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Este capítulo propõe refletir sobre as competências profissionais do assistente social, sobre a construção de sua identidade atribuída e sobre a forma como a categoria se desvincula de práticas alienadas. Propõe, também, refletir sobre a formação da consciência crítica coletiva dos assistentes sociais e sobre as mudanças em suas bases teórico-metodológicas através da teoria de Marx.

Ver-se-á que o trabalho socioeducativo com famílias visa a desenvolver a emancipação dos indivíduos na sociedade, sendo este um dos principais serviços implementados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No entanto, tal atividade torna-se um desafio para o assistente social, que, apesar de ser guiado por um projeto profissional crítico, tem sua ação limitada diante das condições do cotidiano de trabalho nos espaços ocupacionais e da desvalorização sofrida pela Política de Assistência Social.

#### 3.1 IDENTIDADE E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL

No Brasil, o serviço social teve a construção de sua identidade atrelada à gênese da profissão, ocorrida em meio ao agravamento da questão social e vinculada fortemente à Igreja e ao Estado. Nesse cenário, a identidade profissional era atribuída por exercer funções econômicas e ideológicas sobre a classe subalterna, as quais levavam à garantia de expansão do sistema capitalista:

Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a classe (MARTINELLI, 2011, p. 124).

Segundo Yamamoto (2012), para Marx o trabalho é considerado categoria fundante do ser social, uma vez que estabelece uma relação direta de interação entre o homem e a natureza, possibilitando a manutenção da existência e a sobrevivência humana. Por meio do trabalho, ocorre a modificação da natureza, do homem e, conseqüentemente, das relações sociais, pois, ao trabalhar, o homem estabelece relações entre si, ou seja, relações sociais. Dessa forma, o homem se

afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente.

Nesse sentido, conforme Iamamoto (1992), o significado sócio-histórico da prática profissional é desvendado a partir de sua inserção na sociedade, ou seja, no conjunto das condições e relações sociais através das quais a prática se torna possível e necessária. Dessa maneira, o serviço social afirmou-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, atuando nas necessidades sociais da classe trabalhadora e interferindo em seu modo de vida e de trabalho, de forma socialmente determinada.

Segundo a autora, o exercício profissional do assistente social nas instituições públicas e privadas foi direcionado a uma ação educativa e organizativa da classe trabalhadora, com o objetivo de transformar a maneira de agir e de se comportarem os indivíduos na sociedade. As ações buscavam, assim, modificar o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de suas situações no cotidiano, vinculado à prestação dos serviços sociais.

Nas unidades industriais, as funções do assistente social eram a de disciplinar e a de controlar os operários, com vistas à sua subordinação ao processo produtivo. Essas práticas controladoras e educativas não se restringiam apenas ao ambiente de trabalho, como também abrangiam a vida particular do trabalhador e de sua família, por meio de visitas domiciliares e de atividades culturais e esportivas, com o intuito de ocupar o tempo livre do operário, integrando empresa e comunidade, e de controlar o indivíduo dentro e fora do espaço de trabalho. Assim, o profissional do serviço social interferia na vida política e moral dos sujeitos, através da coerção, da persuasão e do consenso, a fim de que a classe trabalhadora interiorizasse as normas de vida impostas pela sociedade capitalista e de que as organizações de lutas por direitos iguais fossem contidas (IAMAMOTO, 1992).

Para compreender a natureza dessa ação profissional, é necessário analisar o significado dos serviços sociais prestados pelas instituições, onde os assistentes sociais são um de seus principais executores. Do ponto de vista da classe trabalhadora, os serviços são necessários para a sobrevivência, visto que os salários baixos não suprem minimamente as condições de vida. Vital para os que estão também fora do mercado de trabalho, dependendo exclusivamente dos programas sociais, o serviço social pode ser utilizado como meio de subordinação dessa população aos padrões da sociedade burguesa.

Do ponto de vista do Estado e do empresariado, os serviços são meios de socializar os custos da reprodução da força de trabalho, ou seja, são vistos como salários indiretos, pois os salários continuam baixos, mas amplia-se a rede de benefícios que favorece a redução dos custos e a manutenção da mão de obra. Assim, o Estado e o empresariado investem nos serviços sociais como formas de rentabilidade, uma vez que é necessário um alto nível de produtividade do trabalhador para acessar tais benefícios. Dessa forma, a filantropia é redefinida pela classe capitalista: “[a] ajuda passa a ser concebida como investimento. Não se trata mais de distribuir, mas de construir, de favorecer a acumulação do capital” (IAMAMOTO, 1992, p. 98).

Além disso, o acesso aos benefícios da empresa, como empréstimos financeiros, adiantamentos de salários e políticas previdenciárias, também torna-se uma forma de controlar os trabalhadores. Diante da expansão das instituições, aumenta-se a procura por agentes qualificados para desempenhar as atividades; com isso, o papel profissional passa a ser direcionado por sua função econômica e não por sua função social. Devido aos problemas gerados pelo modo de produção capitalista, a função social se torna um apêndice da função econômica, em estratégia de domínio de classes (MARTINELLI, 2011).

Nesse cenário, os profissionais ficam com “a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante” (MARTINELLI, 2011, p. 127). Podendo produzir e reproduzir práticas de controle da burguesia, visando ao ajustamento ideológico e à alienação política, social, cultural e econômica do trabalhador nos diferentes espaços da sociedade, os agentes profissionais alienados disseminam ações mecânicas e reprodutoras do modo de produção capitalista, sem a construção de uma consciência política e social, necessária para o rompimento do imediatismo e para a compreensão das contradições na sociedade. Com isso, a identidade imposta pela ideologia burguesa submerge a profissão dos assistentes sociais na alienação de propósitos, tornando frágil sua consciência social de modo a isolá-los dos processos históricos (MARTINELLI, 2011).

Nesse sentido, Abreu e Lopes (2018) compreendem que o assistente social inserido em instituições públicas e privadas está em condições de trabalhador assalariado, pois recebe em troca dos serviços prestados. Além do mais, a relação de compra e venda do seu trabalho incide na construção de sua identidade profissional.

Diante da execução de políticas sociais, os profissionais do serviço social, muitas vezes, passaram a atuar como agentes conciliadores e apaziguadores dos conflitos sociais. A partir dessa condição de trabalhador assalariado, no entanto, os assistentes sociais têm a possibilidade de aproximar-se dos interesses populares, empreendendo ações mediadoras e evidenciando, assim, o início de um novo posicionamento político profissional (CAVALCANTE, 2010).

Nesse contexto, a contradição afronta o assistente social duplamente como trabalhador no mercado de trabalho: ao mesmo tempo em que exerce suas atividades de trabalhador assalariado e subalternizado, com baixa remuneração e com estigma da profissão de caridade, o assistente social é requisitado para intervir sobre reivindicações em diferentes espaços de trabalho. Tais questões refletem a distorção da identidade profissional:

É nesse quadro complexo de tensões, que a intervenção do Serviço Social pela função pedagógica que exerce nas relações sociais, imbricada nas estratégias de controle social pela via da persuasão, inscreve-se nos processos de difusão ideológica formadores da cultura pelas classes sociais em disputa pela hegemonia e constrói, nessas mesmas mediações, coletivamente, a cultura, a consciência e identidade profissional (ABREU; LOPES, 2018, p.12).

A partir do Movimento de Reconceitualização, a construção do exercício profissional do assistente social direciona-se sob duas perspectivas, uma conservadora e outra crítica. A base conservadora vincula-se à Igreja e ao Estado, fundamentando-se no positivismo sob a lógica do sistema capitalista. O campo de atuação do assistente social como profissional assalariado relaciona-se à mudança de comportamento e ao ajustamento do indivíduo e de sua família às lógicas do sistema de reprodução. Nessa perspectiva, “as demandas de atendimento, as atividades realizadas estão a serviço da manutenção da organização, cabendo o enquadramento dos usuários às regras e ao assistente social ser o intérprete privilegiado das determinações organizacionais” (TORRES, 2009, p. 6).

Já a perspectiva crítica, por outro lado, tem com base a teoria de Marx e se direciona a um projeto societário da classe subalterna, bem como a uma renovação do fazer profissional articulado às novas bases teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas. Sob tal viés, busca-se reconhecer a realidade social e as condições objetivas de vida do usuário, firmando o caráter interventivo constitutivo da profissão de serviço social, enquanto parte fundamental de sua intervenção.

Assim, o interior da categoria profissional convivia alienação e crítica, não como dois blocos monolíticos, mas como termos opostos de uma relação, em que a contradição permanecia ainda oculta pela indeterminação da identidade atribuída e abafada pelo peso do pensamento conservador. A frágil consciência coletiva da categoria profissional impedia que a consciência crítica se firmasse como uma unidade hegemônica, embora sua presença já se fizesse sentir seus questionamentos e buscas. (MARTINELLI, 2011, p.145).

Esse caráter dualista no interior da categoria decorre do fato de o serviço social, desde a sua origem, intervir a favor dos interesses da classe dominante, mas, a partir de sua inserção na divisão do trabalho e de seu movimento de reconceituação, passar a mediar os conflitos entre a burguesia e a classe trabalhadora (FREITAS; RIBEIRO, 2014).

A partir da ampliação de espaços que promovam a discussão da consciência crítica e social, como seminários, congressos e produções acadêmicas, é possível romper com a alienação e com as práticas conservadoras no exercício profissional. Nesta conjuntura, inicia-se um processo de reflexão crítica acerca da profissão do assistente social, da identidade que lhe foi atribuída e de sua consciência social, através do exercício de se pensar a totalidade social de forma dialética, com reconhecimento da historicidade e do processo de construção da profissão. A partir disso, Martinelli (2011) evidencia um movimento de negação da identidade atribuída ao assistente social, a superação da alienação e do tradicionalismo que permeava a profissão, além da construção de uma nova identidade profissional coletiva.

Com a aproximação da teoria marxista, com o Código de Ética de 1993 e com a renovação curricular da ABEPSS, outras modificações ocorreram no serviço social e em suas práticas profissionais, que passaram a se articular com diferentes dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, as quais direcionam a intervenção e o trabalho do assistente social.

A dimensão teórico-metodológica do serviço social, portanto, fundamenta-se na teoria social de Marx, que tem como alvo de crítica o modo de produção e de reprodução do capitalismo na sociedade, responsável pelas desigualdades sociais. Com base nisso, a profissão adota o método crítico-dialético para a interpretação da realidade social, a partir de categorias tais como “historicidade”, “totalidade” e “contradição”.

Ademais, o profissional em questão deve ser qualificado para compreender e interpretar a realidade social sobre a qual vai intervir, em seu âmbito social, político ou econômico. Para isso, é necessário conhecimento teórico e metodológico da estrutura social e do modo de produção capitalista, para que o assistente social consiga enxergar a realidade além da aparência e da superficialidade e para que seja preparado para ultrapassar o senso comum (SOUSA, 2008).

De acordo com Benevides (2018), é necessária a articulação entre teoria e prática, a fim de não comprometer a análise da realidade social, da conjuntura social e das demandas do cotidiano de trabalho. Da indissociabilidade dessas duas categorias, torna-se viável construir medições e ações propositivas, superando ações acríticas:

A desarticulação entre a fundamentação teórica e a realidade social compromete a análise dos processos e fenômenos determinantes que perpassam o trabalho profissional e, ainda, limita a capacidade propositiva do assistente social, na medida em que não compreende as questões conjunturais que determinam as demandas e as condições de trabalho (BENEVIDES, 2018, p. 10).

A dimensão técnico-operativa do serviço social consiste no conjunto de habilidades e competências técnicas para que o assistente social desenvolva ações com a população usuária e com as instituições empregadoras. Dessa forma, o profissional consegue intervir na realidade social através da instrumentalidade, seja por instrumentos diretos, como entrevistas, observação participante e visitas domiciliares ou institucionais, seja pela prática de uma escuta sensível e de um olhar atento. O serviço social também pode utilizar instrumentos indiretos, como atas de reunião, livros de registro e diários de campo, que auxiliam não só na comunicação entre o assistente social e a instituição para a qual ele trabalha, mas também na comunicação com outros profissionais, como psicólogos, advogados, terapeutas ocupacionais, entre outros (SOUSA, 2008).

Torres (2009) compreende que a dimensão investigativa do serviço social está relacionada às ações interventivas desenvolvidas pelo assistente social, com suas competências teórico-metodológicas, com seus instrumentos técnico-operativos e com seus componentes ético-políticos. Está relacionada, também, ao conhecimento das condições de vida do usuário e ao reconhecimento da realidade social. Dessa maneira, “intervir significa conhecer, planejar, executar e analisar

ações profissionais do ponto de vista do próprio profissional, da organização, do ponto de vista do usuário e da realidade social ” (TORRES, 2009, p.17).

De acordo com Sousa (2008), o assistente social não é um profissional “neutro”, pois sua prática se realiza nas contradições da sociedade capitalista. Nesse sentido, é necessário que o profissional tenha um posicionamento político frente à realidade social dos usuários, para poder ter clareza de qual é a direção social da sua prática. A dimensão ético-política está direcionada à ação do assistente social e ao seu comprometimento com os valores ético-morais do Código de Ética Profissional, vinculado a um projeto societário emancipador que propõe a construção de uma nova ordem social por meio da eliminação da exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

Além disso, segundo Torres (2009), essas três dimensões, em complementaridade, consolidam a coerência e a consistência teórico-argumentativa do agir profissional nos espaços sócio-ocupacionais. No exercício de suas atividades, o assistente social está sujeito a determinadas condições, como a subordinação pelos gestores ou pelas políticas sociais, por meio do qual se efetiva uma autonomia relativa nas instituições.

Cada dimensão constitutiva do serviço social é de fundamental importância. Dessa maneira, as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas devem caminhar lado a lado, para que o exercício profissional seja realizado de maneira ampla, não visualizando somente o problema em questão, mas as condições sociais em que o usuário está inserido, em sua totalidade e em suas contradições, a fim de, assim, intervir de forma efetiva na realidade social.

### 3.2 O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Partindo do pressuposto já desenvolvido, entende-se que toda ação profissional do assistente social contém em si um perfil pedagógico e que, por isso, possui características educativas. A partir da perspectiva crítico-dialética e do Projeto Ético-Político, o trabalho realizado pelos assistentes sociais ganha um novo direcionamento, cuja finalidade é a consolidação das políticas sociais, voltadas para a perspectiva da garantia de direitos e de proteção social.

Esse novo princípio educativo propiciou a postulação da finalidade das ações socioeducativas, bem como de todo processo interventivo do

Assistente Social. Assim, inscreveu a centralidade do porquê na realização das ações profissionais e do para quem elas estão direcionadas (LIMA; MIOTO, 2011, p.215).

O termo socioeducativo é usado como qualificador da ação, designado a um campo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento da cidadania e de valores éticos e políticos, a fim de promover o acesso e o processamento de informações, a convivência em grupo e a participação na vida pública (CARVALHO et al., 2007)

Por ações socioeducativas são descritos um conjunto de atividades: grupos socioeducativos, campanhas socioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades, cada um enfatizando uma atividade. O desenvolvimento de um ou de outro se fará conforme a vulnerabilidade das famílias ou necessidades locais. A ênfase é para que estas ações fundamentem-se em uma visão participativa e dialógica (LIMA; CARLOTO, 2009, p. 128).

Lima e Mito (2011) ressaltam que as ações socioeducativas – orientação e acompanhamento – desenvolvidas pelos assistentes sociais estão vinculadas a uma ação de fortalecimento de processos emancipatórios. Com isso, espera-se contribuir para a formação da consciência crítica dos sujeitos, através da vivência da realidade, além de construir-lhes caminhos de acesso para os direitos civis, políticos e sociais. O processo educativo pode ser entendido como “toda experiência na qual as pessoas mudam à sua maneira de compreender o mundo e as relações humanas” (LIMA; MIOTO, 2011, p. 231). Através desse processo, projetam-se a emancipação e a transformação social dos usuários.

Nesse sentido, ações socioeducativas, nos espaços socioassistenciais, estão estruturadas sobre dois pilares: a socialização de informações e o processo reflexivo, que sustentam o processo educativo cuja finalidade está condicionada aos princípios ético-políticos da profissão (MIOTO, 2010).

O acesso às informações é direito assegurado a todos, conforme a Constituição Federal de 1988. Além disso, a socialização das informações se configura como direito fundamental de cidadania e como viabilização de direitos. Nesse viés, os assistentes sociais, pautados pelo Código de Ética Profissional (1993), têm o dever de devolver as informações colhidas em estudos com os usuários, de democratizar as informações, de fomentar a tomada de decisão dos indivíduos, de contribuir e viabilizar a participação da população usuária e seu

acesso aos programas sociais, além de incentivar a participação dos sujeitos nas políticas públicas.

É direito dos usuários, também, o de usufruírem de todos os conhecimentos socialmente produzidos, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessários para a melhoria de condições e de qualidade de vida. Além disso, o direito à informação não está relacionado apenas ao acesso à informação, mas também à compreensão das informações, pois é só através da compreensão que o usuário consegue acessar determinados bens ou serviços em situações específicas no seu cotidiano e mudar a realidade (MIOTO, 2010).

Diante disso, pode-se dizer que as informações requeridas do assistente social no seu cotidiano são múltiplas e abrangentes. Abrangem desde o conhecimento dos direitos e da forma de acessá-los, passam por informações referentes ao funcionamento das instituições e dos serviços, da organização do trabalho profissional, dos direitos dos usuários e chegam àquelas relacionadas às necessidades básicas ou às condições específicas de indivíduos ou grupos. Porém, a forma como são trabalhadas essas informações é fundamental para a construção da consciência crítica. (MIOTO, 2010, p. 7)

A essas informações e orientações, Lima e Carloto (2009) afirmam serem atribuídos diversos sentidos: o sentido de fortalecimento do indivíduo, da família e da comunidade para a promoção da cidadania, da autonomia e da socialização. As ações informativas são direcionadas, assim, para o desenvolvimento de habilidades individuais, como a construção da autoestima e a busca de uma identidade transformadora, com vistas à transformação familiar e social.

O segundo pilar das ações socioeducativas refere-se ao processo reflexivo – diálogo e problematização – que se desenvolve na relação estabelecida entre profissionais e usuários, voltado às demandas trazidas pelos sujeitos e à análise de conjuntura. Com isso, amplia-se a visão profissional para além das aparências, sendo ela um instrumento que permite desvelar a realidade através das situações-problema apontadas pelos usuários (TORRES, 2009).

Lima e Carloto (2009) ressaltam que Paulo Freire desenvolveu sua concepção educativa conforme uma perspectiva crítica, questionadora das relações de dominação. Para Freire, o ato de educar consiste em uma relação que ocorre de maneira horizontal e que envolve os sujeitos; assim, o papel do educador é direcionado a ajudar na percepção crítica da realidade, para que os sujeitos possam

repensar o que fazer e como fazer, buscando uma nova organização em suas relações sociais.

Essa forma de ver a educação coloca o educador e o educando em mesmo nível de igualdade, possibilitando a construção de um espaço de problematização e de questionamento da realidade de forma autêntica, com vistas ao companheirismo de ambos, educador e educando, no campo da reflexão e da ação. "O que define uma ação como educativa é a intenção de ensinar veiculada por ela, que irá conectar, através da ação, o educador ao projeto político e de sociedade da classe trabalhadora" (LIMA; MIOTO, 2011, p. 220).

Com base nisso, busca-se a formação da consciência crítica, que só será efetiva mediante condições favoráveis para que os usuários elaborem, de modo crítico e consciente, a sua visão de mundo, tornando-se "sujeitos do processo de construção da sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade" (MIOTO, 2010, p. 7).

Nesse sentido, conforme Mioto (2010), para o desenvolvimento das ações socioeducativas é necessário que o assistente social tenha conhecimento do espaço sócio-ocupacional e do campo em que está inserido, das políticas sociais, dos segmentos populacionais (como, por exemplo, se o público-alvo é idoso ou jovem, se encontra em situação de vulnerabilidade etc.) e do funcionamento da organização da instituição.

Além disso, é fundamental o conhecimento das demandas/necessidades dos usuários, tanto em sua singularidade quanto em sua historicidade. São importantes, nesse sentido, informações sobre o território – espaço geográfico, histórico e político onde os usuários vivem – que determina as condições de vida dos sujeitos. O reconhecimento do território possibilita a elaboração não só das respostas/soluções para as demandas, como também da inserção dos usuários nos espaços de participação sócio-política e na rede de serviços

Nessa perspectiva, as formas de abordagem podem ser individuais e grupais. De acordo com Torres (2009), para o atendimento individual é necessário entender as condições de vida do usuário, como são suas relações cotidianas e como ele se reconhece como sujeito, que é individual e coletivo ao mesmo tempo. Nessa relação horizontal entre profissional e usuário, ultrapassa-se a visão do problema individual e amplia-se a visão para a totalidade dos sujeitos, articulando as ações e os serviços conforme a realidade dos indivíduos. Dessa maneira, os

serviços prestados não são mais vistos como favores, mas sim como direitos acessados a partir das demandas dos usuários ou identificados pelo assistente social.

Segundo Mioto (2010), a abordagem grupal é recomendável, pois permite a reunião de diferentes sujeitos e a realização do processo educativo de forma coletiva. Além disso, as ações socioeducativas com grupos são referenciadas entre si, porque quando um indivíduo participa de encontros com o assistente social, muito provavelmente, ele está referenciado em uma família ou em um grupo. Essa condição de correferencialidade é um efeito multiplicador das ações, na medida em que os sujeitos se transformam e, ao mesmo tempo, modificam seus ambientes e grupos.

A abordagem familiar consiste em entender, interpretar e compreender a família em uma análise de totalidade, buscando desvelar a história desse grupo, não culpabilizando a família e seus problemas, nem intervindo de forma imediatista, mas sim buscando fazer uma análise da conjuntura que considera o convívio familiar dentro do convívio social. A abordagem familiar busca, também, organizar o trabalho ao centralizar os indivíduos como sujeitos sociais e políticos, a fim de poderem entender as estruturas sociais nas quais estão inseridos e o modo como a produção capitalista interfere em suas vidas (PROENÇA; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012).

Segundo o Manual de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (BRASIL, 2012), os trabalhos realizados no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) podem ser organizados a partir da pedagogia problematizadora de Freire, por meio do diálogo e da reflexão, através de acolhimento e de oficinas em que se abordem vulnerabilidades, riscos e potencialidades identificados no território, com vistas ao fortalecimento dos laços comunitários, ao acesso a direitos, ao protagonismo dos sujeitos, à participação social e à prevenção contra riscos.

Nesse sentido, o trabalho do assistente social deve se pautar na efetivação de direitos e na busca por uma postura emancipatória. Com um grupo, constroem-se ações voltadas para “uma atuação livre de preconceitos e de estigmas” e se desvendam “potencialidades que fortalecem a atuação dessas famílias em seus territórios de vivências” (CARVALHO; TEIXEIRA, 2009, p. 319).

Dessa forma, tanto na abordagem individual como na abordagem com grupos ou família, “o usuário é identificado como um dos protagonistas do processo

interventivo e não como um receptor dos serviços estabelecidos” (TORRES, 2009, p.18). Os instrumentos utilizados nos encontros são entrevistas, dinâmicas de grupos, recursos audiovisuais, técnicas de reconhecimento de território, entre outros.

A escolha da abordagem e dos instrumentos depende do objetivo dessas ações, do perfil dos usuários e do profissional e das características das instituições. Mas, antes de tudo, necessita-se de planejamento e de avaliação sistêmica. As ações socioeducativas constroem-se a partir do conhecimento e da análise das necessidades e da totalidade dos usuários, da finalidade dos serviços e das características do território (MIOTO, 2010).

Em vista disso, é possível que o assistente social, através do trabalho socioeducativo, reflita sobre os resultados alcançados e os impactos que sua ação teve na vida dos usuários e dos serviços, o que pode ser observado por meio da mudança de demandas dos usuários e de formas de relacionamento entre eles e o serviço. É possível, além disso, construir estratégias para intervir na realidade social:

[...]espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social (MIOTO, 2010, p.8).

Ações socioeducativas são processos que se constroem e se reconstroem continuamente. Para seu desenvolvimento, é preciso coerência com as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, articulando o conhecimento à realidade do usuário, da comunidade e da instituição na qual se intervém. São precisos, também: planejamento do processo de trabalho; adequação das abordagens escolhidas conforme os sujeitos para quem se destina a ação; definição dos instrumentos técnico-operativos para o desenvolvimento da ação; adequada escolha de instrumentos e de linhas teórico-metodológicas; conhecimento da realidade e dos sujeitos para quem se volta a intervenção (LIMA; MIOTO, 2011).

Iamamoto (1992) afirma que existem profissionais fatalistas, acomodados e pessimistas, que realizam um trabalho burocrático, rotineiro e cumpridor de horários. Há também profissionais messiânicos, com uma visão heroica do serviço social e com um olhar mágico transformador do social, completamente desvinculado da realidade dos sujeitos.

Nesse sentido, ao desenvolver o trabalho socioeducativo com grupos, famílias e indivíduos, os profissionais do serviço social não devem apresentar a visão messiânica nem acreditar que irão transformar a realidade social dos sujeitos. Não devem, por outro lado, ser fatalistas nem pensar que os indivíduos não conseguirão superar suas situações de dificuldade. Devem, sim, agir de forma crítica, conforme o método dialético de Marx e segundo o Código de Ética, com uma postura direcionada ao desenvolvimento dos sujeitos e à compreensão de que cada indivíduo tem seu tempo de refletir e de transformar a sua realidade.

Torres (2009) ressalta que é importante os assistentes sociais e os usuários participarem dos planejamentos das ações referentes ao acompanhamento social, pois, em algumas gestões, não é possível a participação de ambos. Quando as ações acabam contendo caráter regulador, levam os usuários a serem vítimas das circunstâncias e voltam-se à origem conservadora da profissão, em que o assistente social era visto como um executor e o usuário como um receptor dos serviços.

A autora compreende que, nos espaços sócio-ocupacionais, o exercício profissional do serviço social não é realizado somente por meio da subordinação dos gestores ou das políticas públicas, mas é também um espaço para pensar e repensar as ações desenvolvidas e para perceber como elas incidem na vida social dos usuários. No entanto, muitos profissionais desenvolvem suas atividades com uma autonomia relativa e com um poder de decisão restrito.

Para isso, é indispensável que o profissional tenha em mente a nova configuração do processo socioeducativo, o qual tem uma proposta de rompimento com as perspectivas conservadoras. Em consonância com o Código de Ética Profissional, o assistente social deve realizar um trabalho voltado à emancipação humana de indivíduos, grupos e famílias. Porém, isso leva à reflexão sobre as principais dificuldades enfrentadas por esses profissionais para a construção do trabalho social.

Segundo Raichelis (2010), algumas das principais dificuldades para o desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais são: flexibilização do trabalho, terceirização, subcontratos, contratos temporários, contratos por projetos. Essas transformações atingem o trabalho do profissional, afetado pelas precárias formas de contratação, de intensificação do trabalho, de baixos salários, de pressão pelo aumento da produtividade, de resultados imediatos e de ausência de horizontes profissionais a longo prazo.

As consequências desses processos para o trabalho social nas políticas públicas são imensas, pois a terceirização afasta a população dos serviços devido à rotatividade dos profissionais e implica a descontinuidade dos trabalhos, a ausência de estabilidade nos vínculos com os usuários e o descrédito da população para com as ações públicas.

Rachelis (2010) afirma que as Tecnologias de Informação e Comunicação introduzem novas relações e novos modos de gestão do trabalho, desencadeando processos de intensificação e de aumento da produtividade, o que fragiliza a organização coletiva da categoria profissional do assistente social.

A implementação da Política de Assistência Social na Constituição Federal de 1988, compondo o tripé da Seguridade Social, vem sofrendo um intenso processo de expansão, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), em 2005, pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, entre tantas outras legislações que compõem esse arcabouço legal.

A rede socioassistencial é uma política social constituída por um conjunto de serviços, de programas, de projetos e benefícios, de Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social (SMDS), de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Esse conjunto compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo prestado ora diretamente ao cidadão, ora por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos.

Diante disso, para que a prestação dos serviços no SUAS seja adequada e possa efetivar os direitos dos usuários, são necessários o conhecimento teórico-técnico e o direcionamento ético-político dos profissionais, a fim de que seja superada a cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, oferecendo condições materiais para sua realização.

De acordo com Torres (2009), os profissionais do serviço social inseridos no mundo do trabalho, enquanto trabalhadores assalariados sofrem as consequências da reestruturação produtiva, que resulta em precárias condições de trabalho e que compromete a autonomia profissional. Nessas condições, o assistente social realiza suas atividades e de certa forma precisa “remeter e corresponder aos interesses de

quem mantém o seu trabalho, pois a qualquer momento, à revelia do seu interesse, pode ser convidado a não trabalhar mais nesse local” (TORRES, 2019, p. 10).

Além disso, é importante o posicionamento crítico desses profissionais contra o produtivismo quantitativo, muitas vezes medido por números de reuniões, de visitas domiciliares e de atendimentos, sem clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo:

[...] a luta pela garantia da qualificação e da capacitação continuadas, por espaços coletivos de estudo e de reflexão sobre o trabalho, de debate sobre as concepções que orientam as práticas, é parte da luta pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população (RAICHELIS, 2010, p.765).

Diante disso, os profissionais atuam em correlação de forças, pois a organização determina o seu fazer, ao mesmo tempo em que o profissional entende que pode exercer suas ações com base no Projeto Ético-Político. Ao colocar em prática seus saberes na realização do exercício profissional, o assistente social reconhece o seu campo de trabalho e identifica o quanto ele é diversificado, bem como as atividades que realiza na instituição (TORRES, 2009).

Nesse direcionamento, busca-se a ressignificação do trabalho na assistência social, com referência ao projeto coletivo de redefinição do trabalho e de gestão institucional, para incorporação de qualificação, de capacitação continuada e de valorização da intervenção profissional no SUAS.

Além disso, é necessária a construção de estratégias de forma coletiva para os profissionais enfrentarem os desafios nos espaços institucionais, assim como são necessárias abordagens que priorizem a participação do usuário no sentido de reverter relações autoritárias ou abordagens conservadoras que moralizem a questão social, culpabilizando ou criminalizando as famílias e os indivíduos. Por fim, é importante diferenciar serviço social, enquanto profissão, de política pública, enquanto responsabilidade do Estado e dos governos, para não ser confundido o serviço social com a assistência social nem ser restringido a esse campo de intervenção profissional (RAICHELIS, 2010).

## 4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ESTÁGIO

O estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) está fundamentado na Política Nacional de Estágio, explicitada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pela Legislação Federal de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O estágio supervisionado faz parte das exigências curriculares ao aluno do curso de Serviço Social, para que o mesmo tenha contato com as práticas institucionais no dia a dia. Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), essa ação se faz importante, pois acarreta ao aluno conhecimentos para a “formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições” (ABEPSS, 2009, p. 11).

Além disso, a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, no artigo 1º, inciso II, prevê que “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

São diversos os campos de atuação do Assistente Social. No caso deste estágio, o local escolhido para vivenciar a prática foi o Centro de Apoio à Criança com Câncer (CACC), situado na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, precisamente no bairro Camobi. O período de duração aconteceu do mês de setembro de 2021 ao mês de janeiro de 2022, às terças e quintas-feiras, das 08h às 12h30, e às quartas-feiras, das 13h às 17h.

### 4.1 CARTILHA INFORMATIVA: O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

O Centro de Apoio à Criança com Câncer (CACC) é uma instituição não governamental, que recebe crianças e adolescentes de zero a vinte e um anos, portadoras de câncer, com um acompanhante. Oriundos de todo o estado do Rio Grande do Sul, essas crianças e adolescentes chegam a Santa Maria em busca de tratamento hemato-oncológico oferecido pelo Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) e ficam hospedadas por tempo indeterminado, durante a realização do

tratamento. Além disso, recebem, gratuitamente, alimentação, hospedagem e atividades de recreação e de apoio psicológico.

A estrutura física do CACC é composta por onze quartos no total: sete no térreo e quatro no andar superior. Há refeitório, cozinha, despensa, lavanderia, sala de recreação, recepção, sala de serviço social e de psicologia, tesouraria, brechó, garagem, depósito, sala de reuniões, rouparia e uma ala no segundo andar para pacientes de longa permanência – pós-transplantados – que conta com plataforma elevatória para o acesso.

O assistente social possui um conjunto de habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para atuar no terceiro setor. O profissional é respaldado pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que dispõe das competências e atribuições privativas do profissional, e pelo Código de Ética, documento norteador da ação profissional.

No CACC, o trabalho do assistente social está relacionado ao acolhimento institucional das famílias encaminhadas pelo setor do Serviço Social do HUSM. Está relacionado, nesse sentido, à garantia de assistência integral aos usuários do serviço, à viabilização do acesso aos seus direitos, à realização e à execução de projetos sociais que contribuam para com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de todos, conforme o controle documental em relação ao Pleno e Regular Funcionamento junto aos Conselhos. Além disso, o profissional em questão participa como conselheiro no Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Nos acolhimentos sociais deste estágio, identificaram-se muitas dúvidas dos usuários em relação aos programas e aos serviços, visto que são famílias em situação de vulnerabilidade social que precisam acessar os benefícios para complementar o sustento familiar. Nesse sentido, faz-se necessário um trabalho de orientação, de reflexão e de socialização das informações, não só para que o usuário tenha conhecimento da informação, mas para que compreenda e acesse os programas e serviços.

Como forma de compreender essa realidade social, o projeto de intervenção da estagiária foi a construção de uma cartilha informativa, a fim de visibilizar a importância tanto do autocuidado das mulheres cuidadoras, quanto do acesso aos direitos sociais das crianças e dos adolescentes em tratamento de câncer.

A proposta da estagiária remete à importância do trabalho socioeducativo como intervenção profissional, criando espaços reflexivos de orientação para compreensão da informação e para acesso das usuárias às políticas públicas. O projeto está baseado no Código de Ética de Serviço Social, artigo 5º, que visa “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (CFESS, 1993, p. 30).

O Manual de Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012) cita campanhas informativas desenvolvidas com a população usuária. Como já mencionado, a socialização da informação é um dos pilares das ações socioeducativas, sendo uma forma de intervenção que visa à solução de uma questão específica e que possibilita, ainda, a coleta de dados importantes no território para o conhecimento da realidade.

Entende-se por campanhas um conjunto de procedimentos dirigidos para a sensibilização e para a informação acerca de temáticas relacionadas aos direitos socioassistenciais. Podem ser elementos integrantes de uma campanha: panfletagem, colagem de cartazes, cartilhas, reuniões, entre outros, desde que tenham “o objetivo de induzir uma reflexão crítica, identificar e fortalecer os recursos de uma coletividade e prevenir a ocorrência de vulnerabilidades e/ou riscos sociais” (BRASIL, 2012, p.39). Além disso, as campanhas possibilitam a divulgação e a reflexão dos direitos sociais.

Considerando que a maioria das famílias atendidas pelo CACC é uma população com pouco acesso às informações sobre seus direitos sociais, políticos e econômicos, cabe aos profissionais do serviço social serem agentes de democratização dessas informações. Diante disso, busca-se contribuir com propostas de ações que tragam mudanças na realidade concreta dessas famílias. Para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, é essencial que as ações do assistente social sejam construídas a partir do cotidiano das vidas e das necessidades dos sujeitos, de forma democrática e participativa (FAERMANN; NASCIMENTO, 2016)

## 4.2 OS DIREITOS SOCIAIS

A Constituição Federal, no artigo 196, assegura que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Isso significa que todos, acometidos por qualquer doença, têm direito a tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), o qual visa à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário a ações e serviços com vistas à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Nesse sentido, a Lei nº 12.732, de 2012, prevê que o SUS deve garantir diagnóstico e tratamento aos pacientes com câncer, os quais devem ser submetidos ao primeiro tratamento no prazo de até sessentas dias, contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico. Além disso, os medicamentos de alto custo estão condicionados às políticas públicas de saúde, geridas pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde do país.

Nessa perspectiva, sob análise das demandas dos usuários do Centro de Apoio à Criança com Câncer, verificaram-se muitas dúvidas em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) – direito garantido pela Constituição Federal de 1988, para idosos com idade de sessenta e cinco anos ou mais e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para uma vida independente, com renda familiar inferior a um quarto do salário-mínimo vigente.

Os usuários inscritos no BPC, a partir da Lei nº 14.203/2021, estão incluídos automaticamente na Tarifa Social de Energia Elétrica. A inclusão é realizada pelo próprio Ministério da Cidadania, que, a partir do cruzamento dos dados cadastrados no BPC, envia mensalmente as inscrições às distribuidoras de energia elétrica, para serem cadastradas, de forma automática, a partir do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do beneficiário

A partir da Lei nº 14.237/21, podem receber o Auxílio Gás as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário-mínimo nacional. Também estão contempladas famílias que tenham entre seus membros pessoas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ademais, o andamento judiciário prioritário é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, em seu artigo 141, prevê prioridade para a prática de todos os atos processuais e de todos os serviços de assistência judiciária gratuita.

Outra demanda identificada no CACC foi o desconhecimento sobre o saque do Fundo de Garantia, assegurado pela Lei nº 8.922, de 1994, que autoriza a

movimentação da conta do trabalhador no caso de doenças ou de algum dependente com câncer. Para requerer o direito, é necessário apresentar um atestado médico carimbado com número do Conselho Regional de Medicina e com validade não superior a trinta dias. Nesse documento, é preciso constar o diagnóstico e o estado clínico do paciente. A solicitação deve ser realizada em uma agência da Caixa Econômica Federal: o valor recebido será o saldo de todas as contas pertencentes ao trabalhador, inclusive a conta do atual contrato de trabalho.

Além disso, o indivíduo cadastrado no Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), que possua dependente com câncer ou esteja na fase sintomática da doença, pode retirar o saldo total de rendimentos. Importante destacar que pai e mãe podem sacar o saldo existente em contas vinculadas ao PIS/Pasep simultaneamente, quando seu filho for paciente com câncer ou AIDS.

No Centro de Apoio à Criança com Câncer, identificaram-se expressões da questão social que se manifestam no dia a dia, não somente no processo saúde-doença, mas também em relação à educação dos pacientes, fragilizada devido ao tratamento realizado em Santa Maria. Perdendo um pouco do vínculo escolar, por não estarem frequentemente na escola, os usuários são afetados em sua aprendizagem e em suas relações de amizade.

O direito à educação, no entanto, está garantido na Constituição Federal, artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, de abril de 2018, no artigo 4º, sublinha: “fica assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno do ensino básico internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o poder público em regulamento, na esfera de sua competência federativa”.

Além de ser um direito garantido por lei ao paciente em tratamento com câncer, a escola também é um espaço para a interação social e o desenvolvimento de relações interpessoais; assim, o ambiente escolar e as aulas *online* são espaços de socialização. Os usuários, estando bem fisicamente, podem frequentar a escola,

mas, não estando em condições, têm o direito de assistir às aulas *online* e de manter o convívio com os colegas.

É importante ressaltar que, através do levantamento dos dados dos usuários da instituição do CACC, para análise institucional, verificou-se que 96% dos acompanhantes são mulheres (mães) casadas ou com companheiros, mas que assumem a responsabilidade sobre o tratamento dos pacientes e acompanham diariamente os usuários nas consultas e quimioterapias. Diante da sobrecarga, essas mulheres acabam negligenciando o cuidado de sua própria saúde. Verificou-se que somente 4% são homens (pais) que acompanham as esposas; no entanto, não ficam diretamente em Santa Maria, devido ao emprego, pois a maioria trabalha com carteira assinada.

Nesse sentido, fez-se necessário, durante o estágio, dedicar uma parte da cartilha informativa ao autocuidado das mulheres cuidadoras, visto que são elas as que acessam/solicitam os benefícios das crianças e dos adolescentes com câncer. Por isso, buscou-se contribuir com informação e orientação sobre autocuidado.

Desde o século XIX, as mulheres reivindicam o trabalho formal e a igualdade de direitos, pois a autoridade familiar, até então, estava em mãos masculinas, do pai ou do marido. A Revolução Industrial marca o ingresso da mulher no mercado de trabalho. No Brasil, com a intensa urbanização e industrialização, houve uma desvalorização do trabalho doméstico, uma vez que, com a produção industrial, os produtos domésticos passaram a ser produzidos nas fábricas, tornando, assim, o trabalho dentro de casa mais rápido.

O papel das mulheres no espaço doméstico, frequentemente, é o de cuidar do marido, do lar e dos filhos, enquanto o papel dos homens, além de prover o sustento, envolve questões de disciplina e de autoridade. A responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos é predominantemente feminina, trabalho reprodutivo ocultado, negligenciado e desvalorizado pelo contexto social (NARVAZ; KOLLER, 2006).

No decorrer do século XX, por seu turno, as mulheres começaram a frequentar espaços públicos, como os teatros, tiveram acesso à educação e ingressaram no mercado de trabalho. Apesar disso, em casa os cuidados ainda estão sob sua responsabilidade, resultando em relações assimétricas de direitos e de trabalhos domésticos (RENK; BUZQUIA E BORDINI, 2022).

Diante disso, percebe-se que, desde a Antiguidade até os dias atuais, as mulheres atuam mais no espaço doméstico, executando trabalhos como cuidar, limpar e ensinar, socialmente desqualificados e invisíveis. Nessa perspectiva, o cuidado também pode ser visto através de uma ética feminina, baseada na receptividade, na relação e no recordar o cuidado recebido. As mulheres exercem o cuidado aos outros com significação emocional, como uma obrigação e como um elemento central de sua identidade.

Por outro lado, para os homens, prevalece o dever de respeitar as pessoas, protegendo-as de qualquer interferência em sua autonomia ou em seus direitos à vida e à autorrealização. Desta forma, pode-se observar que os papéis de gênero vinculados à execução de cuidados impactam diferentemente a saúde de homens e mulheres. Nesse sentido, a responsabilidade pelo cuidado com os filhos ainda recai, muitas vezes, sobre a mulher, causando-lhe um sentimento de culpa e um julgamento social: caso aconteça qualquer coisa com os filhos, a culpa é sempre da mãe.

No Centro de Apoio à Criança com Câncer, há uma alta porcentagem de desemprego, principalmente em relação às mulheres, que assumem a responsabilidade sobre o tratamento dos filhos ao descobrirem a doença. Devido ao tratamento ocorrer em outra cidade, muitas acabam pedindo demissão ou são afastadas do trabalho.

Diante disso, faz-se necessário discutir a questão do autocuidado das mães cuidadoras e de seu acesso à informação quanto aos direitos sociais, relacionados tanto à mulher cuidadora quanto aos membros de sua família. Nesse sentido, enquanto profissionais, deve-se “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as” (CFESS, 1993, p. 29).

A luta por direitos é um processo de construção coletiva, que exige o resgate do protagonismo e que transforma os usuários em sujeitos potencialmente revolucionários. Nesse contexto de lutas e de construções coletivas, insere-se o serviço social enquanto profissão interventiva e comprometida com os interesses das classes populares, atuando na construção de processos emancipatórios que produzam impactos na ação e na construção de sujeitos sociais.

#### 4.2.1 A REDE SOCIOASSISTENCIAL

Devido a uma demanda que chegou ao Centro de Apoio à Criança com Câncer (CACCC) sobre violência sexual em relação a uma adolescente que estava em sua cidade de origem sob os cuidados do pai, enquanto a mãe se encontrava em Santa Maria com o filho em tratamento, fez-se necessário ampliar a cartilha informativa deste estágio, acrescentando os serviços que podem ser acessados, quando se trata de violência contra a criança e o adolescente.

Diante dessa realidade, dedicou-se uma parte da cartilha à orientação das famílias acerca dos serviços que podem ser procurados em suas cidades de origem, em casos de violência física e sexual, também como forma de prevenção e riscos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, ART. 227)

Nesse sentido, o trabalho da e do assistente social está vinculado à defesa intransigente dos direitos humanos, à garantia de acesso e à viabilização dos direitos para a população. Dessa maneira, o assistente social analisa as expressões da questão social, a qual se manifesta no cotidiano, compreendendo a realidade em que vive o usuário para desempenhar suas competências.

As discussões em torno da intervenção que promova ações coletivas voltadas à cidadania e construção democrática participativa, sugerem que o profissional perpassa os aspectos superficiais, pontuais ou emergenciais, é necessário intervir na prevenção, prevenção de todos os tipos de violações e vulnerabilidades, através da informação, orientação, através de ações de educação não-formal (SILVA; VIEIRA; LIMA, 2016, p. 132).

Nesse sentido, as orientações sobre as instituições na cartilha do estágio fundamentaram-se no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conhecido como a porta de entrada para os serviços de assistência social. O CRAS busca prevenir situações de risco, desenvolvendo a convivência com a família e a comunidade. Além disso, através do CRAS é realizado a inscrição no Cadastro

Único do Governo, sendo esse fundamental para a solicitação dos benefícios sociais (BRASIL, 2004).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um serviço que atende pessoas que vivenciam situações de violência ou de violação de direitos. Objetiva-se que os usuários participantes dos serviços ofertados pelo CREAS possam manter acompanhamento psicológico não só em caso de violência, mas em relação ao familiar que está em tratamento em Santa Maria, pois há uma mudança de rotina na vida dessa família, além do medo em relação à doença. Para que os usuários saibam da importância sobre o cuidado com a saúde mental, compreende-se que muitos não têm o conhecimento de como o processo saúde-doença afeta o psicológico dos pacientes e familiares.

Considerada a violência doméstica uma violação dos direitos da criança e do adolescente, a vítima deve ser atendida e acompanhada pelos profissionais do CREAS por meio de acolhimento, atendimento multiprofissional, psicossocial e jurídico, a partir do momento em que o indivíduo teve seus direitos violados. Um dos serviços do CREAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O trabalho desenvolvido com as crianças e com os adolescentes vítimas de violência sexual pauta-se no atendimento psicossocial desenvolvido por uma equipe multiprofissional, cujos objetivos são atender, orientar e acompanhar os indivíduos. Devido à gravidade da situação da violência vivida por crianças e por adolescentes, o serviço de atendimento deve ser norteado por uma proposta ética que garanta a dignidade e a proteção a crianças, sendo elas/eles sujeitos sem capacidade defensiva.

Nesse sentido, o assistente social, conduzido por dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, consegue realizar uma leitura crítica da realidade e das expressões da questão social. A atuação do profissional frente a casos de violência necessita de uma postura investigativa<sup>1</sup> para intervir na realidade, uma vez que, através desta postura, torna-se possível conhecer a raiz do problema. Para isso, é necessário analisar todas as informações possíveis, além de identificar as redes de apoio (unidades de saúde, escolas, comunidades, entre outros) para auxiliar a vítima, viabilizando seus direitos.

---

<sup>1</sup> “A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional” (FRAGA, 2010, p. 13).

Com esses serviços, é de suma importância que os usuários saibam das delegacias especializadas e dos conselhos tutelares, pois nem todos os municípios possuem uma rede socioassistencial. O intuito de orientar sobre as instituições é feito para que os usuários, em caso de violência, saibam onde e como procurarem os serviços especializados.

Nesse viés, buscou-se elaborar a cartilha com uma linguagem adequada, que conduzisse ao entendimento e à boa interpretação, com uso de palavras simples e claras e com vocabulário que se encaixasse na realidade dos usuários atendidos. É de extrema importância que os usuários consigam absorver o maior número de informações possíveis e que as compreendam para poder acessar os direitos, os serviços e os programas conforme a necessidade de suas famílias.

A entrega da cartilha às famílias, que já estão cadastradas na instituição, será realizada nos acolhimentos institucionais ou em espaços coletivos voltados para reflexão e orientação, direcionados para compreensão das informações dos usuários em relação aos programas e serviços. A cartilha, além do mais, informa sobre sua importância e sobre os motivos que levaram à construção da mesma.

Às novas famílias que chegarão à instituição do CACC, a entrega da cartilha será feita no primeiro acolhimento institucional, após serem informadas sobre o funcionamento da casa e sobre as regras da instituição, a fim de que os usuários já tenham conhecimento de como acessar seus direitos e benefícios, como FGTS e PIS/Pasep, e que já tenham informação de que não será necessário pedir demissão para acessar esses benefícios.

Nos espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais possuem informações múltiplas e abrangentes no seu cotidiano de trabalho, como, por exemplo, o conhecimento dos direitos e a forma de acessá-los, as informações referentes ao funcionamento das instituições, à organização do trabalho profissional e aos direitos dos usuários, “porém, a forma como são trabalhadas essas informações é fundamental para construção da consciência crítica” (MIOTO, 2010, p. 7).

A intervenção pela prática socioeducativa contribui para com a construção social coletiva de sujeitos com valores éticos de cidadania. O assistente social, como agente efetivador de direitos, pode então contribuir para mobilizar os usuários da instituição e da comunidade a fim de assumirem suas responsabilidades e de se tornarem, assim, protagonistas de suas histórias e construtores ativos de uma

realidade histórica, enquanto sujeitos sócio-históricos pensantes e atuantes (SILVA; VIEIRA; LIMA, 2016).

O serviço social, desde sua gênese, tem no seu agir profissional uma dimensão educativa. Com isso, busca-se, através da cartilha informativa em consonância com o trabalho socioeducativo, a prestação de informação e de orientação para o desenvolvimento social dos indivíduos, com intuito de facilitar-lhes o acesso a serviços e programas do Governo.

A cartilha também visa à formação de sujeitos capazes de participar crítica e conscientemente dos processos de luta e de organização da classe trabalhadora. O trabalho socioeducativo, na perspectiva aqui adotada, é entendido como uma ferramenta político-pedagógica, de maneira que, a partir dela, os sujeitos possam ampliar seus processos de consciência e possam refletir sobre sua condição e seu lugar na sociedade capitalista (SILVA; VIEIRA; LIMA, 2016).

Espera-se que os sujeitos a quem a cartilha se dirige possam não só compreender seus direitos civis, políticos e econômicos, mas também acessá-los para desenvolver seus papéis de cidadãos e de sujeitos de direitos. Dessa maneira, espera-se contribuir para com a realidade social e para com a garantia e a defesa dos direitos, em busca de uma construção de novas realidades e de novas histórias de vida dos usuários.

Nesse sentido, conforme Iamamoto (2012), afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais, preservando e ampliando as conquistas coletivas legalizadas:

À medida que os direitos se realizam, alteram o modo como as relações entre indivíduos sociais se estruturam, contribuindo na criação de várias formas de sociabilidade, em que o outro passa a ser reconhecido como sujeitos de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas. (IAMAMOTO, 2012, p. 78)

Portanto, colocar os direitos da classe trabalhadora como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto na sua normatividade legal, quanto na sua efetivação social (IAMAMOTO, 2012). Através do acesso à informação e do acesso às políticas públicas, os usuários se reconhecem como sujeitos de direitos, exercem sua cidadania, compreendem de que forma solicitar os serviços e se tornam mais independentes, com autonomia para se inserir em novos espaços na sociedade capitalista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso, observou-se que, desde sua origem vinculada à Igreja e ao Estado, o serviço social tem no seu fazer profissional um perfil pedagógico e, por isso, possui características educativas, que ao decorrer do tempo assumiram diferentes direções, conforme o cenário político, social e econômico da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, o exercício profissional do assistente social fundamentou-se na pedagogia de ajuda, com viés disciplinador, de higienização e de psicologização das relações sociais, desempenhando funções pedagógicas as quais não questionavam a realidade. À época, a questão social era vista como um problema moral, relacionado à responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciavam, embora situados dentro de relações capitalistas.

A partir de 1950, mediante o processo de aceleração da industrialização em que o país se encontrava, sob influências norte-americanas, a prática profissional fundamentou sua atuação nas propostas de Desenvolvimento de Comunidade, com função pedagógica de participação, visando ao progresso e à modernização da sociedade, pela via do crescimento econômico. Diante disso, o trabalho técnico desempenhado pelos profissionais do serviço social possuía o objetivo de adequar o indivíduo à produção e à reprodução capitalistas, por meio de práticas educativas de cunho moralizante, de ações persuasivas de grupos e comunidades e de participações populares, com intuito de manter a ordem social frente à ameaça do comunismo.

A partir de 1960, em meio ao período da ditadura militar, ampliou-se o mercado de trabalho em diversas áreas ligadas ao Estado, ficando a atuação profissional submetida à autoridade do estado ditatorial e à sua racionalidade burocrática. Nesse cenário, o movimento de reconceituação do serviço social começou a ganhar força dentro da categoria profissional. Diante disso, com a ampliação dos espaços de discussão da consciência crítica e social, foi possível romper com a alienação e com as práticas conservadoras que permeavam o exercício profissional do assistente social.

Nesse cenário, a partir da teoria social de Marx e da elaboração do Projeto Ético-Político, a dimensão socioeducativa do serviço social se direciona à

construção de uma pedagogia emancipatória, em que a atuação profissional centra-se nos sujeitos, com vistas ao protagonismo e à emancipação humana.

Diante deste estudo, constatou-se que o trabalho socioeducativo, desenvolvido pelos assistentes sociais, está vinculado a uma ação de fortalecimento de processos emancipatórios. Observou-se que o serviço social contribui para a formação da consciência crítica dos sujeitos, para o desenvolvimento da cidadania, para a autonomia e para a emancipação humana, através da orientação, do acompanhamento, da informação e da problematização. Além do acesso à informação sobre direitos e serviços, os profissionais contribuem para o acesso a direitos sociais. Com isso, objetivam-se a autonomia e o protagonismo dos usuários, a fim de poderem circular em diferentes espaços sociais e de tornarem-se sujeitos ativos, “capazes de comprometimento ético e político com a propriedade coletiva (nem ‘meu’, nem ‘seu’, nosso)” (CARVALHO et al, 2007, p. 15).

A partir da elaboração de uma cartilha informativa, instrumento de intervenção direcionado aos usuários do Centro de Apoio à Criança com Câncer (CACC), instituição localizada em Santa Maria, identificou-se que a falta de acesso às informações é o principal fator sobre o desconhecimento em relação aos direitos sociais, o que leva esses usuários a não solicitarem ou a não acessarem os programas e serviços.

O presente estudo é relevante na área do serviço social, pois o Projeto Ético-Político da categoria visa a uma nova ordem social, sem exploração ou discriminação. O trabalho socioeducativo, em suma, busca a emancipação e o protagonismo da classe trabalhadora, classe explorada e oprimida que vende sua força de trabalho para a sobrevivência. Diante disso, o objeto de trabalho do assistente social centra-se na questão social: uma vez que seus usuários pertencem à classe subalterna, atuar de forma a buscar a autonomia desses indivíduos é fundamental para que os mesmos se enxerguem como sujeitos de direitos e de valores.

Alguns dos desafios para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, como se viu neste trabalho, são a precarização do trabalho e a falta de capacitação e de qualificação continuadas. No entanto, o assunto se limita a poucos artigos atualizados. Quanto à apresentação da proposta de intervenção do estágio, devido ao atraso de um semestre na cadeira de Estágio I, não se desenvolveram os resultados.

Com isso, considerando-se que nenhum conhecimento é finito, recomendam-se revisões e atualizações sobre o estudo, principalmente para identificar quais os impactos da cartilha na realidade social dos usuários do Centro de Apoio à Criança com Câncer e quantas famílias acessaram, de fato, os direitos sociais e os serviços assistenciais ofertados pela rede de proteção social do seu município.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. A questão da identidade profissional do assistente social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro: 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BENEVIDES, Geis de Oliveira. Trabalho Profissional e Gestão no Serviço Social: Subsídios Teóricos para Compreensão da Gestão como Atividade Inerente ao Trabalho do Assistente Social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ABEPSS, 2018, v. 1, n. 1, p. 1-20.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994**. Brasília: Senado Federal, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.203 de 10 de setembro de 2021**. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.237 de 21 de novembro de 2021**. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, 07 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Suas** (NOB/Suas). Brasília, 2005.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Suas** (NOB/Suas). Brasília, 2006.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Trabalho Social com famílias no PAIF. Brasília, DF, 2012, v. 2.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de *et al.* **Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: igualdade como direito, diferença como riqueza**. São Paulo: SMADS; CENPEC; Fundação Itaú Social, 2007.

CARVALHO, Poliana de Oliveira; TEIXEIRA, Solange Maria. Dimensão pedagógica da intervenção profissional no trabalho com famílias. **O Social em Questão**, v. 1, n. 43, p. 303-324, 2019.

CAVALCANTE, Suzanny Bezerra. **A dimensão educativa do serviço social: uma análise do processo interventivo da profissão no âmbito da política de assistência social do município do Natal/RN**. 2010. 234 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1965. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1965.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2022

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1975. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1975.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2022

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1986. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

DIOGO, Marília Borges. **Ética e Serviço Social: uma história e seus desafios**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES: DIÁLOGOS E DEBATES, 14., 2013, Franca. **Anais** [...]. Franca: Uni-FACEF, 2013, v. 1, p. 495-?.

FAERMANN, Lindamar Alves; NASCIMENTO, Dannúbia Aparecida. Reflexões sobre o trabalho socioeducativo no âmbito da política de assistência social. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 153-167, 2016.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 101, p. 40-64, 2010.

FREITAS, William; RIBEIRO, Larissa. O Trabalho do Assistente Social como Práxis Transformadora da Realidade. **Socializando**, v.1, p. 41-47, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Evangelina Sanches; CARLOTO, Cássia Maria. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 127-139, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações Socioeducativas e Serviço Social: características e tendências da produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília, v. 21, p. 1-13, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e Alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, Alexandre. **Emancipação Política e Social**. 2015. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/emancipacao-politica-e-social/>>. Acesso em: 22 out. 2022

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. **Cadernos Capacitação em Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais, Brasília, módulo 5, p. 1-16, 2010.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e Patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 49-56, 2006.

OLIVEIRA, Edístia Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, p. 143-163, 2017.

OLIVEIRA, Luana Viana. **Garantia e ampliação da cidadania no contexto da aplicação de penas e medidas alternativas – concepções presentes entre assistentes sociais que atuam na CEPEMA**. 2007. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Patrícia Teixeira. **A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social**: um recorte nas particularidades do trabalho técnico social no programa minha casa, minha vida. 2013. 169f. Tese (Mestre em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

PINELLI, Laís Vieira. **A dimensão educativa no Serviço Social**: uma análise a partir do exercício profissional. 2017. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PROENÇA, Jaíne de; TEIXEIRA, Laís Vila Verde; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. A atuação profissional do Serviço Social junto às famílias: uma análise na perspectiva socioeducativa. *In*: SOARES, Ana Cristina Nassif (org.). **Encontro de pesquisa sobre famílias“Prof. Dr. Pe. Mário José Filho”**. Franca: Unesp-FCHS, 2012, p. 1-15. Disponível em: [https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo1\\_001](https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo1_001). Acesso em: 13 fev. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RENK, Valquíria Elita; BUZQUIA, Sabrina Pontes; BORDINI, Ana Juliatto. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 3, n. 30, p. 416-423, 2022.

SILVA, Antonio Inácio da; VIEIRA, Camila Barbosa; LIMA, Maria José de Oliveira. Serviço Social e trabalho profissional: a dimensão educativa na política pública. **Serviço Social & Realidade**, v. 25, p. 121-138, 2016.

SOUSA, Charles. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, v. 8, p. 119-132, 2008.

SOUZA, Cristiane; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Ações socioeducativas: estratégias para o favorecimento do protagonismo no contexto do Sistema Único de Assistência Social? SUAS. **Pleiade**, v. 10, p. 44-51, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 185-200.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. **Serviço Social em Revista**, v. 2, p. 1-23, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009a, p. 143-164.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009b, p. 125-142.